

PLANO DE DESENVOLVIMENTO PRELIMINAR

APL DE MADEIRA, MÓVEIS E ARTEFATOS

CIDADE PÓLO: MANAUS



NEAPL

**Núcleo Estadual de Arranjos
Produtivos Locais**



**MANAUS
SETEMBRO2009**

SUMÁRIO

1. PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO	03
2. CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO ARRANJO	
2.1 BREVE HISTÓRICO	05
2.2 CARACTERIZAÇÃO DO APL	08
3. SITUAÇÃO ATUAL DO ARRANJO	15
3.1. ACESSO A MERCADOS INTERNO E EXTERNO	18
3.2. FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO	20
3.3. GOVERNANÇA E COOPERAÇÃO	23
3.4. INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO	27
3.5. QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	29
3.6. TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	32
4. DESAFIOS E OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO	34
5. RESULTADOS ESPERADOS	35
6. INDICADORES DE RESULTADO	37
7. AÇÕES REALIZADAS E EM ANDAMENTO	38
7.1 AÇÕES COMUNS AOS DEMAIS APL'S DO AMAZONAS	53
8. AÇÕES PREVISTAS	58
8.1 AÇÕES PRIORITÁRIAS	58
8.2 COMUNS AOS DEMAIS APL'S DO AMAZONAS	59
8.3 DEMAIS AÇÕES	60
9. GESTÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO	63
10. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	64
REFERÊNCIAS	66
ANEXOS	68

1. PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO

A elaboração do Plano de Desenvolvimento foi realizada pelo Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais no Amazonas – NEAPL/AM, que se fundamentou em uma abordagem de sensibilização e mobilização do protagonismo local, por meio de reuniões e oficinas, onde se registraram as informações sobre as ações realizadas e a realizar, como também o levantamento da etapa atual do segmento.

Neste processo se buscou a identificação de diversos aspectos, em especial as restrições que representam gargalos ao aumento da competitividade, a partir de uma concepção de pesquisa para conhecer os diferentes fatores intervenientes e conceber processos produtivos exemplares, não se reduzindo apenas a junção de várias áreas do conhecimento, mas, sobretudo estabelecendo um fluxo de aglutinação desses saberes, definindo-se como norte a busca pela sustentabilidade.

O “I Seminário de Arranjos Produtivos Locais e o Desenvolvimento Regional” (set/2006), organizado pela Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia - SECT se caracterizou como um balanço dos APL's no Amazonas, incluindo apresentações e debates sobre o status dos arranjos definidos como prioritários. Segundo a diretriz do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC durante a Oficina de Orientação à Instalação de Núcleos Estaduais de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais - APL's – Região Norte (Fev/2007), o **APL de Madeira, Móveis e Artefatos**, assim como os demais selecionados, deveriam ser validados junto ao Grupo de Trabalho Permanente - GTP APL, no grupo dos cinco primeiros APL's priorizados.

Os municípios selecionados inicialmente levando-se em conta as indicações do “Plataformas Tecnológicas”, foram validados na Oficina Estadual de APL's (Maio/2007), os quais são: **Benjamim Constant, Boa Vista do Ramos, Eirunepé, Fonte Boa, Itacoatiara, Manacapuru, Manaus, Manicoré, Maués, Parintins, Tabatinga e Tefé**. Neste evento se discutiu a formalização do Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais no Amazonas – NEAPL/AM, a metodologia de trabalho e a necessidade de visitas aos APL's. Na ocasião, formou-se ainda o grupo de parceiros que se lançaram como membros e/ou indicaram outros, a saber:

Governo Estadual/Municipal: Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico - SEPLAN; Secretaria de Estado da Produção Rural - SEPROR; Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas – IDAM; Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia - SECT; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do

Amazonas – FAPEAM; Universidade do Estado do Amazonas – UEA; Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – CETAM; Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB; Instituto de Pesos e Medidas do Amazonas - IPEM; Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS; Agência de Desenvolvimento Sustentável - ADS; Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas IPAAM; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Local – SEMDEL/Prefeitura Municipal de Manaus – PMM.

Governo Federal: Superintendência de Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA; Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias - EMBRAPA; Universidade Federal do Amazonas - UFAM; Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA; Delegacia Federal da Agricultura no Amazonas/Ministério da Agricultura e do Abastecimento - DFA/AM; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Sistema S: Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas do Amazonas SEBRAE/AM; Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo/Organização das Cooperativas Brasileiras SESCOOP/OCB; Serviço Social da Indústria SESI / Instituto Euvaldo Lodi - IEL.

Instituições financeiras: Banco da Amazônia; Agência de Fomento do Estado do Amazonas - AFEAM; Banco do Brasil - BB; Caixa Econômica Federal - CEF.

Setor empresarial: Federação das Indústrias do Estado do Amazonas - FIEAM; Centro da Indústria do Estado do Amazonas - CIEAM.

Sistema C&T: Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica – FUCAPI.

Representação dos trabalhadores: Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas - FAEA; Conselho Regional de Economia - CORECON; Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA.

A partida para a elaboração deste plano foi dada na I Reunião do Fórum de Madeira, Móveis e Artefatos em junho/2007, realizada para apresentar o novo modelo de PDP e dividir tarefas. Ficou acertado que as organizações deveriam informar as ações realizadas, fornecendo indicativos de ações, estratégias e parcerias institucionais que venham culminar na implementação de atividades, a partir da alocação de recursos, com o fim de promover a redução das desigualdades inter-regionais e a inclusão social, gerando ocupação produtiva e melhor nível de renda.

Em julho de 2007, realizou-se a II Reunião do Fórum de Madeira, Móveis e Artefatos, em que se definiram os municípios para a agenda de visitas aos APL's. Após esta definição,

foram realizadas as visitas ao APL nos municípios de Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga, em agosto/2007.

Em resposta ao solicitado pelo NEAPL, as instituições parceiras enviaram as informações disponíveis que foram incluídas na versão preliminar, posteriormente apresentada e discutida na II Reunião do Fórum (Nov/2007) para as devidas correções e consolidação das informações. Após aprovada, a presente versão foi apresentada ao GTP APL, contendo um elenco de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável do APL de Madeira, Moveis e Artefatos na cidade pólo de Manaus e demais municípios selecionados no Amazonas.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO ARRANJO

2.1 BREVE HISTÓRICO

02.10.2001 – Reunião de lançamento e sensibilização do APL (Programa Plataformas Tecnológicas do MCT) - avaliou-se a viabilidade e a oportunidade da cadeia produtiva dos recursos florestais madeireiros com as entidades locais, visando subsidiar o setor governamental na promoção do desenvolvimento, atacando os gargalos que impedem as bases de serem competitivas. Cadeia Produtiva de Madeira foi identificada como sendo composta pelas seguintes etapas: Disponibilidade de área; Manejo e exploração; Industrialização primária; Industrialização secundária; Logística de distribuição; e Mercado consumidor.

Foram identificados os seguintes gargalos:

INSTITUCIONAL	CADEIA PRODUTIVA	ORGANIZACIONAL
<ul style="list-style-type: none"> - Problemas fundiários; - Alternativa econômica; - Criação de florestas públicas de produção; - Zoneamento econômico - Capacitação profissional; - Informação; - Falta de pesquisa; - Financiamento. - Formação profissional; - Legislação inibidora; - Opinião pública emocional; - Aproveitamento de espécies. - Isenção do ICMS in natura; - Custos dos insumos; - Energia elétrica; - Incentivos fiscais; - Pesquisa de logística; - Sistema de escoamento; - Apoio institucional; - Organização de cooperativas; - Promoção de espécies não tradicionais; - Promoção da marca Amazonas. 	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-bottom: 10px; text-align: center;">PROPRIEDADE</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-bottom: 10px; text-align: center;">MANEJO/EXPLORAÇÃO</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-bottom: 10px; text-align: center;">INDUSTRIALIZAÇÃO PRIMÁRIA</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-bottom: 10px; text-align: center;">LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-bottom: 10px; text-align: center;">INDUSTRIALIZAÇÃO SECUNDÁRIA</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-bottom: 10px; text-align: center;">MERCADO CONSUMIDOR</div>	<ul style="list-style-type: none"> -Desconhecimento da atividade; - Desconhecimento da legislação básica; - Ausência de equipe técnica. - Segurança e saúde; - Treinamento; - Desconhecimento de espécies. - Rotatividade; - Informação; - Falta de matéria-prima. - Desconhecimento do produto final; - Desperdício; - Inovação tecnológica; - Qualidade; - Layout; - Design; - Máquinas e equipamentos; - Logística desconhecida; - Desconhecimento do mercado; - Acompanhamento do mercado; - Produtos alternativos.

09.11.2001 – segunda reunião do APL de Madeira, Móveis e Artefatos - Definiu-se nesta reunião cinco pontos estratégicos dentro dos gargalos identificados como prioritários:

- **Prospeccão**: um amplo levantamento da situação atual e orientação para avaliar a condição econômica dos investimentos, como referência para elaboração de políticas e decisões de investimentos;
- **Aproveitamento de resíduos**: estudos que visem produzir peças pequenas com os resíduos para integrar a relação de produtos e também o uso de resíduos finais na geração de energia elétrica;
- **Modelos cooperativos para integrar pequenos proprietários**: modelos que possam servir às comunidades para integrá-los na produção de madeira, a organização dos pequenos proprietários de indústrias de madeira visando melhorias no rendimento econômico através de cooperativas de comercialização;
- **Estradas florestais e transporte**: pesquisas com produtos alternativos para acabamento e uso na construção de estradas florestais e desenvolvimento de equipamentos para transporte fluvial;
- **Estudo de espécies – ecologia e tecnologia na industrialização**: pesquisas para complemento de informações na elaboração do plano de manejo florestal e ao aproveitamento das espécies disponíveis.

19.02.2002 - Reunião onde se definiu os coordenadores dos projetos a serem elaborados e os participantes do treinamento em projetos cooperados

28.08. 2002 - Finalização dos 3 projetos de solução de gargalos do APL de Madeira, Móveis e Artefatos e submissão à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP/Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT:

Projeto 1: Modelo de integração de produtores de madeiras do estado do Amazonas (MIPMEA);

Projeto 2: Prospecção do fluxo econômico da produção madeireira no estado do Amazonas;

Projeto 3: Caracterização dos resíduos madeireiros e tecnologias para o aproveitamento econômico (APROREM).

Outubro/2002 – Nenhum projeto do APL de Madeira é aprovado pela FINEP.

Outubro/Novembro 2002 – Através de ma articulação do Assessor Seixas Lourenço do MCT, tentou-se viabilizar os projetos de Madeira pela ADA. Mas esta ação não se mostrou efetiva (a ADA só tinha recursos para custeio) e em valor reduzido).

Setembro de 2004 – FINEP pede o reenvio dos projetos MIPMEA e APROREM, com cortes de orçamento inicial e através da modalidade de encomenda.

Dezembro de 2004 - Aprovação dos dois projetos de solução de gargalos do APL de Madeira/Móveis.

A criação do Núcleo de Gestão Compartilhada – NGTC em 2004, no âmbito da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – SECT, interveniente nos projetos do MCT desde 2003, se constituiu em um apoio vital, posto que tem a missão prioritária de apoiar a manutenção e agregar novos recursos financeiros e, especialmente, gerar informações e conhecimentos que contribuam para a gestão do plano e a transferência, para a economia local, das soluções tecnológicas encontradas.

22 de agosto de 2006 – reunião preparatória, realizada pela Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, para tratar do I Seminário de Arranjos Produtivos Locais e o Desenvolvimento Regional.

20 e 21 de setembro de 2006 – I Seminário de Arranjos Produtivos Locais e o Desenvolvimento Regional, organizado pela Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – retomada da discussão sobre APL's no Estado do Amazonas, com apresentações e debates sobre o estágio atual dos 4 arranjos que foram definidos como prioritários em 2002.

26.02.2007 - Reunião de Preparação da Oficina Estadual do Núcleo de APL's, na SEPLAN.

23.05.2007 – Oficina Estadual do Núcleo de APL's, na SEPLAN, onde foi apresentado e formalizado o Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais no Amazonas, discutida a metodologia de trabalho do NEAPL, a necessidade de visitas aos APL's e realizada apresentação do PDP de Bio-Indústria.

11.06.2007 – Primeira reunião do Fórum de APL de Madeira, Móveis e Artefatos na SEPLAN, para apresentar o PDP e dividir tarefas.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DO APL

O estado do Amazonas é o maior do país, com aproximadamente 1,5 milhão de km² possuindo assim uma considerável quantidade dos recursos florestais da região. A exploração florestal para fins madeireiros caracteriza-se no Amazonas como extrativismo vegetal empírico. Até a década de 70 se concentrava principalmente nos rios de água branca. A partir dos anos 80, houve um incremento na utilização de madeira oriunda de florestas de terra-firme, face à abertura de eixos viários nas proximidades de Manaus, notadamente no Distrito Agropecuário da SUFRAMA.

A maior característica da exploração é seu caráter seletivo, elegendo em torno de quatro espécies para a produção de laminados (sumaúma, copaíba, muiratinga e virola) e quatro dezenas de outras espécies para produtos serrados, especialmente angelim-pedra e louros. A sumaúma corre riscos iminentes de exaustão comercial do recurso.

O nível das enchentes determina se a safra é boa ou ruim. Nas várzeas, a extração é realizada nos meses de agosto a novembro, por ocasião das vazantes dos rios. A retirada e transporte fluvial das toras são realizados nos meses de fevereiro a junho, época das cheias.

A exploração em terra firme se concentra nas proximidades de Manaus e das sedes dos Municípios, em função dos eixos viários existentes. Tem como uma das principais características o seu atrelamento a um aumento da fronteira agrícola, como também aconteceu com as florestas naturais do Centro-Sul do país. Neste caso, o abastecimento das indústrias madeireiras está fortemente vinculado a existência do corte raso (desmatamento). A extração seletiva é o primeiro passo no processo. A instalação de serrarias, que não possuem um sistema de integração floresta/indústria (aquisição de matéria-prima de terceiros), tem acelerado esse procedimento no município de Itacoatiara e em outros.

A maioria das empresas do setor de madeira-móveis se situam na cidade de Manaus, apesar de existirem pequenos pólos moveleiros no Baixo Amazonas e na região do Alto

Solimões, produzindo móveis em estilo colonial e popular (estantes, vitrines, prateleiras, armários, etc), para sala de jantar, dormitório, copa, cozinha, piscina e varanda.

Em virtude dos móveis industriais (gabinetes de eletroeletrônicos, caixas acústicas, máquinas de costura, relógios de parede e uma série de artefatos de madeira) exigirem alta qualidade na elaboração, acabamento do produto, rigorosa secagem e imunização, muitas empresas locais ainda não participam desse significativo mercado. Existem poucas empresas atuando no ramo de produção de artefatos de madeira. O mercado destes produtos vem apresentando uma rápida expansão tanto a nível interno como externo. Localmente, se projeta uma demanda de aproximadamente 15.300 peças/ano.

Manaus e Itacoatiara são municípios que, por concentrar o maior número de beneficiadoras de madeira, apresentam grande quantidade de resíduos. Portanto, a existência e proximidade das fontes de matéria-prima são fatores determinantes para que sejam dirigidos investimentos para instalação de empreendimentos que industrializem artefatos de madeira nestes municípios. Segundo o SEBRAE/AM, uma indústria para produzir 15.300 peças teria uma receita total de US\$ 194.732,00, com custo total de US\$ 76.865,00, e lucro bruto de US\$ 117.867,00 a.a.

O Amazonas possui um número total de 113 empresas (Gonçalves, 2001) cadastradas no IBAMA, categorizadas em Indústria de Madeira Serrada e Indústria de Beneficiamento de Madeira, e apenas 42 efetuaram movimento de madeira expressivo no período de 1999 a 2000. Entretanto, estas empresas geraram aproximadamente 2.400 empregos formais, um faturamento médio anual cerca R\$ 28.420.000,00, que, se comparado ao ano de 1997, apresentou uma redução de aproximadamente 42%. Isso representa minimização na arrecadação de tributos e conseqüente queda no investimento social.

NÚMERO DE INDÚSTRIAS MADEIREIRAS NO AMAZONAS

SEGMENTO INDUSTRIAL	NÚMERO DE INDÚSTRIAS
Serraria	45
Beneficiado	39
Compensado	7
Lâmina	3
TOTAL	94

Fonte: STCP,2002

Embora a especialização tenha se mostrado uma forma mais efetiva para viabilizar a indústria madeireira na região, ela caminha em sentido contrário à verticalização da produção,

o que implica na necessidade de deixar o mercado de “commodities” para aumentar a competitividade das empresas madeireiras no Amazonas, ocupando mercados mais atrativos ou nichos de mercado. O nicho de mercado para produtos amazônicos certificados, ainda necessita ser quantificado.

Pensando na realização de ações de monitoramento e controle ambiental, fortalecendo medidas que favoreçam o desenvolvimento sustentável e oportunizem a inserção de produtos certificados, o programa Zona Franca Verde vem desenvolvendo uma intensa atividade de fomento. Procura-se estancar o avanço da atividade ilegal de extração, através do Manejo Florestal Sustentável em Pequena Escala. Dessa maneira, se conseguiu estimular a produção de 95.000m³ com atestado de origem. Com estímulo ao processo de escolha e especificação da madeira adequada a cada tipo de uso no segmento, ainda pautado no conservadorismo e desinformação, há necessidade de se incorporar espécies alternativas com propriedades semelhantes às das espécies tradicionais.

O potencial de produção através de práticas sustentáveis é gigantesco. Porém a madeira é normalmente produzida sem critérios de manejo por inúmeras comunidades ribeirinhas, assentados e indígenas. O abastecimento em sua grande maioria é realizado através de pranchas obtidas de motosserra e transportadas em pequenas balsas ou ‘canôes’. As jangadas com toras de madeira de baixa densidade muito comuns no passado ainda podem ser encontradas em algumas localidades.

Do outro lado os micros e médios empresários alegam que o principal desafio para o desenvolvimento do setor é sanar a falta de matéria prima legalizada, resultante da ausência de políticas públicas que fomentem a atividade florestal. Os motivos mais comuns para não existência de manejo florestal apontado pelos empresários do Alto Solimões foram: falta de capital para investimentos, dificuldade de obter a documentação fundiária, aprimoramento tecnológico dos equipamentos de produção, inexistência de ATER e o grande número de terras indígenas.

A atividade madeireira na Região Amazônica está sujeita a legislações específicas com o intuito de que tal atividade seja desenvolvida de maneira sustentável e preservando o meio ambiente. Os principais aspectos legais que regem a atividade madeireira são:

Normas que regem a reposição florestal: Lei 4.771/65 (Código Florestal – com as alterações da Lei 7.803/89) em seus artigos 19, 20 e 21. Instrução Normativa N.º 01/96 – MMA;

Normas que regulamentam o manejo florestal: Lei 4.771/65 (Código Florestal, Art. 15 e 19 / Decreto 1.282/94), Medida Provisória 1.511/95, Portaria Normativa N.º 048/95 - IBAMA;

Decreto 2.788/98: altera diversos artigos do Decreto 1.284/94. Uma das principais alterações, é a dispensa do Estudo de Impacto Ambiental - EIA/Relatório de Impacto do meio Ambiente - RIMA para todos os Planos de Manejo Florestal e a determinação de tratamento diferenciado para pequenas e médias propriedades.

Estudos realizados na região Amazônica indicam que há necessidade e existem condições de formulação de um modelo mais equilibrado para o desenvolvimento do setor florestal/madeireiro, que leve em consideração a necessidade de perpetuação da atividade e de uma maior contribuição social para as populações que vivem na floresta. Para isso, o Estado definiu certos parâmetros para o desenvolvimento da atividade:

- Área de produção florestal delimitada com base na produção atual, e nas projeções de crescimento do setor para os próximos 10 anos, uma taxa de crescimento anual de 5%;
- Adoção do manejo sustentado, considerando princípios e diretrizes aceitas em níveis nacional e internacional, e as características das florestas em questão. Como indicativo inicial, bastante conservador, considera-se um incremento da floresta sob manejo sustentado de $0,7\text{m}^3/\text{ha}/\text{ano}$, e um volume de retirada de $20\text{m}^3/\text{ha}$;
- Consideração do mercado como elemento chave na implementação da sustentabilidade do setor florestal, sendo 50% do volume destinado ao mercado internacional e o restante para o nacional;
- Transformação do potencial em produtos na forma de serrados e laminados/compensados. Produtos de maior valor agregado deverão ser estimulados, e a médio prazo passariam a ser sustentáculo do aumento das receitas geradas pelo setor, em detrimento do aumento do volume de produtos primários;
- Implantação de unidades de produção de pequeno e médio porte.

Atualmente, a exploração de madeira para atender as laminadoras e parte das serrarias concentra-se principalmente nos rios Purus e Juruá e, em menor escala, nos rios Solimões e Madeira. As indústrias são abastecidas em grande parte por terceiros. Existe uma rede de três a cinco grandes comerciantes de madeira, que por intermédio de uma determinada escala de produção, tendo como base o sistema de aviamento, garante o abastecimento das indústrias. Até 1983, as indústrias financiavam os comerciantes (sistema de aviamento). Hoje, com

exceção de alguns que buscam financiamento bancário, a maioria dos comerciantes de madeira trabalha com capital de giro próprio.

Os vários eixos existentes nas proximidades de algumas cidades facilitam a exploração madeireira em terra firme, como, p. ex. a BR-174 (área da UHE/Balbina, Distrito Agropecuário da SUFRAMA), AM-010 (Manaus-Itacoatiara) e AM-070 (Manaus-Manacapuru).

Os centros de produção de madeira, situados ao longo dos rios de água branca, têm sofrido alterações ao longo dos anos. As cidades de Tefé e Benjamin Constant são exemplos. Atualmente, a produção concentra-se no Alto Purus, região de Lábrea que em 1993 representou aproximadamente 24% (117.994m³) da produção total do Estado e no rio Juruá, na área de influência da cidade de Carauari (que participou com 21% - 101.587m³). Essa mudança reflete a pouca disponibilidade de madeira, de boa aceitação no mercado, em várzeas já tradicionalmente exploradas.

Apesar da escassez e da falta de regularidade e qualidade dos dados, é possível elaborar um quadro com a diminuição da participação de microrregões tradicionalmente produtoras de madeira em tora, a do Madeira, p. ex., com o deslocamento da produção para os municípios de Lábrea (Purus) e Carauari (Juruá). A madeira extraída em toras ou pranchas é comercializada principalmente na região e utilizada por indústrias na produção de madeira serrada, laminada e compensada, que juntas somavam em média, aproximadamente 600.000 m³/ano. A matéria-prima extraída de terra firme apresenta preços que variam de acordo com o município, distância, transporte e espécie. Oscila entre 15 a 44 dólares por m³ de tora. A madeira em forma de prancha fica entre 50 a 100 dólares por m³.

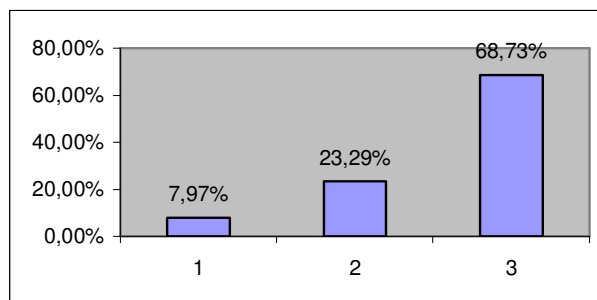
A exploração baseia-se em 17 espécies utilizadas nas serrarias: Angelim pedra; Louro(s); Jacareúba; Assacu; Copaíba; Cupiúba; Cedrinho; Sucupira; Piquiá; Virola; Andiroba; Mulateiro; Guariúba; Cedro; Tintarana; e Itaúba. Ainda são utilizadas por um menor número de empresas: mandioqueira, cedrorana, piquiarana, laranjinha, muiracatiara, amapá, paricarana, rabo de arraia, maçaranduba, cumaru, tanimbuca, macacarecuia, sapateiro, aruani, itaubão, pau d'arco, paracaxi, seringa, arurá, saboeiro e faveira, o que totaliza 38 espécies utilizadas. O número de indústrias instaladas apresentou aumento significativo na década de 1980. Já na década de 1990 houve uma estabilização no número de serrarias.

ANO	INDÚSTRIAS MADEIREIRAS SERRARIAS
1952	20
1959	27
1965	25
1972	46
1973	54
1984	97
1986	141
1990	130
1992	106
1994	106
1997	113

Fonte: Hummel et all, 1994

O Médio Amazonas concentrava a grande maioria dos estabelecimentos. Hoje a microrregião Manaus concentra o maior número de empresas. Estima-se uma capacidade de produção entre 200.000 a 300.000 m³/ano. A SUFRAMA cita uma capacidade de produção de 92.304m³ de laminados e 178.116m³ de compensados. Os dados sobre a industrialização e consumo de madeira no Amazonas são escassos e apresentam longos períodos de interrupção nas informações disponíveis.

FATURAMENTO DO PÓLO MADEIREIRO POR MERCADO



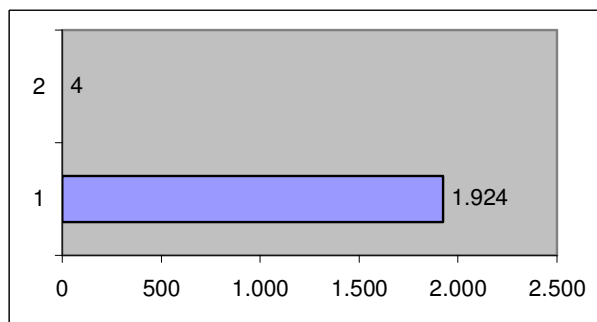
Fonte: SEDEC/SUFRAMA.2001.

1 – Nacional / 2 – Regional / 3 - Exterior

Em 2001, o Pólo Madeireiro empregou, em média, 1.928 trabalhadores, sendo 1.924 efetivos e 4 terceirizados, segundo informações de 11 indústrias incentivadas, pertencentes a esta área e integrantes do Sistema de Indicadores da SUFRAMA. A taxa média anual de rotatividade no emprego girou em torno de 1,82%. As três principais empresas em faturamento foram: Gethal-Amazônia; Mil-Madeira Itacoatiara e Madeiras Compensadas

da Amazônia. As exportações alcançaram US\$ 11,61 milhões (1,40% do total exportado pelo PIM, em 2001), e os produtos de maior destaque foram: outros painéis de madeira; outras madeiras tropicais serradas; e outras madeiras compensadas. O faturamento atingiu US\$ 16,05 milhões, representando 0,18% do total do PIM, em 2001 (US\$ 9,06 bilhões). As vendas foram realizadas para o mercado regional (23,29%); nacional (7,97%) e exterior (68,73%).

MÃO-DE-OBRA EMPREGADA NO PÓLO MADEIREIRO

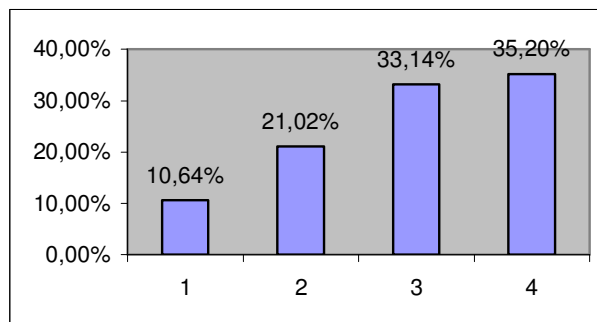


Fonte: SEDEC/SUFRAMA.2001.

1 – Efetivada 2 - Terceirizada

Os três principais produtos, por ordem de faturamento, foram: outros painéis de madeira (33,14%); outras madeiras compensadas, folheadas, etc. (21,02%) e outras madeiras tropicais, serradas, etc. (10,64%). Os dados da indústria madeireira no Estado seguem a tendência geral da região amazônica onde predominam as de pequeno porte, o que limita sua competitividade com as indústrias de florestas plantadas que operam em larga escala, no mercado de “commodities”.

FATURAMENTO DO PÓLO MADEIREIRO POR PRODUTO



Fonte: SEDEC/SUFRAMA.2001.

1 – madeiras tropicais/ 2 – madeiras compensadas/ 3 – painéis de madeira/ 4 - outros

Nos países desenvolvidos, a atividade madeireira, na qual se contextualiza também a indústria moveleira e de artefatos, contribui com o maior percentual da produção. Esta condição é utilizada como indicador de desenvolvimento sócio-econômico desses países. Paradoxalmente, nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento predominam sistemas com grandes empresas, que excluem os pequenos produtores das políticas oficiais, apesar de se constituírem um bom contingente de produtores e serem responsáveis por uma considerável parcela da produção. Nesse contexto, fica evidente a importância de se estimular mecanismos de desenvolvimento sustentável na Amazônia em pequenos sistemas produtivos, com efetiva participação dos micro e pequenos empreendedores no processo de produção. Na consolidação desses sistemas é fundamental o desenvolvimento de procedimentos tecnológicos adequados à realidade sócio-econômica dos produtores regionais. É importante, também, que neste desenvolvimento tecnológico sejam tomados os cuidados necessários para minimizar os impactos ambientais.

3. SITUAÇÃO ATUAL DO ARRANJO

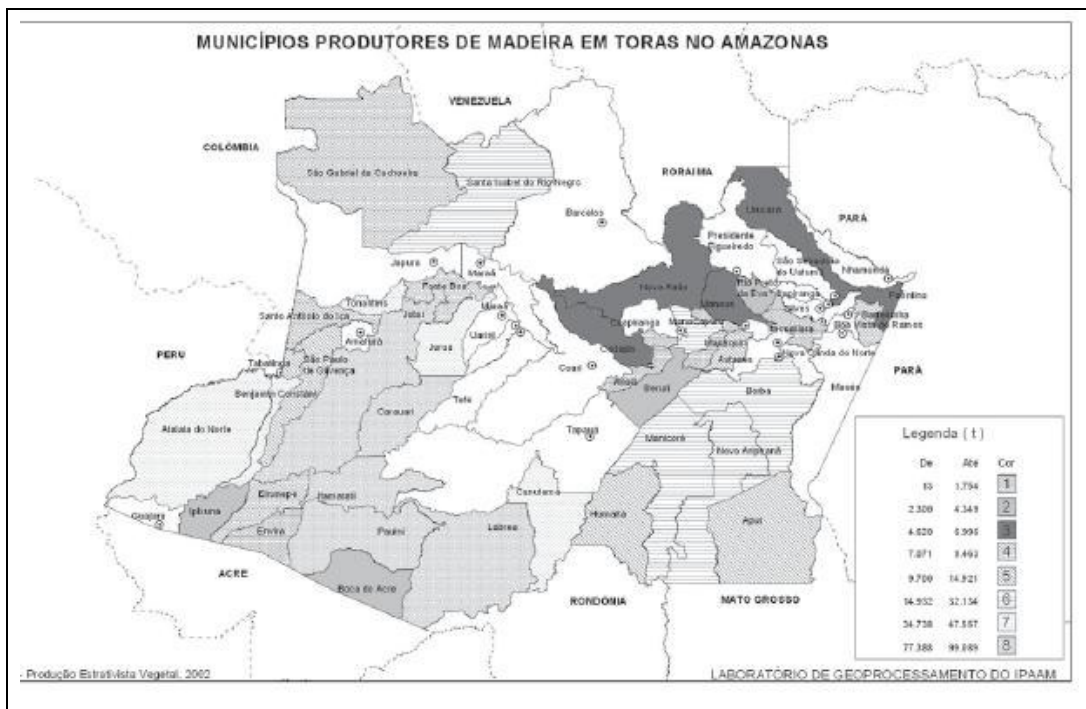
A madeira é o único recurso natural do Amazonas a apresentar ampla distribuição geográfica e alta liquidez no mercado. O proprietário de um pedaço de floresta bem manejada na região tem na madeira um bem de fácil conversão comercial e grande diferenciador na composição de sua renda.

No estado do Amazonas, onde mais de 95% da cobertura florestal estão preservados, essa regra se aplica como em nenhum outro da região. Em torno de 60% do território amazonense, ou 90 milhões de hectares, estão disponíveis para uso sustentável de suas florestas, nos quais o potencial madeireiro chega a 30 milhões de m³/ano, correspondente a toda a madeira que a Amazônia produz anualmente. A produção atual no estado é da ordem de 900.000 m³ anuais de madeira, menos da metade da de Rondônia e 15 vezes menor que a paraense, rende em torno de US\$ 13 milhões por ano em exportações, enquanto o Pará arrecada mais de US\$ 300 milhões.

Diferente dos outros estados, toda produção ainda pode se dar de forma sustentável. Entretanto, os desmatamentos do sul e os já sentidos até mesmo no Alto Solimões indicam que o Amazonas está sendo atingido pelo processo dominante no Pará, Mato Grosso e Rondônia, onde a expansão econômica desordenada transforma a madeira em bem cada vez mais raro e valorizado pela escassez.

Para reorientar essa tendência e levar o setor madeireiro em direção à sustentabilidade, a SDS, através da Agência de Desenvolvimento Sustentável - ADS vem implementando atividades ligadas à cadeia produtiva da madeira, visando o manejo florestal em pequena escala, comunitário e empresarial, bem como a certificação sócio-ambiental. No início, essa iniciativa contou com 26 planos de manejo em execução e 156 licenciados pelo IPAAM - grande parte no alto Solimões - que produziram 40.000 m³ de madeira em tora por ano e um faturamento bruto de cerca de R\$ 3,1 milhões. Chegar à escala que a sustentabilidade exige desse processo é o grande desafio do Governo e do setor madeireiro privado.

Isso faz com que a produção de madeira no estado tenha um perfil bastante semelhante ao dos demais estados da região: é oriunda, principalmente, do desmatamento e do corte seletivo não sustentável, e desconhece-se quanto dela é produzido legalmente. Assim, com a expansão da fronteira agrícola no Estado, a produção de madeira tende a crescer de forma permanente.

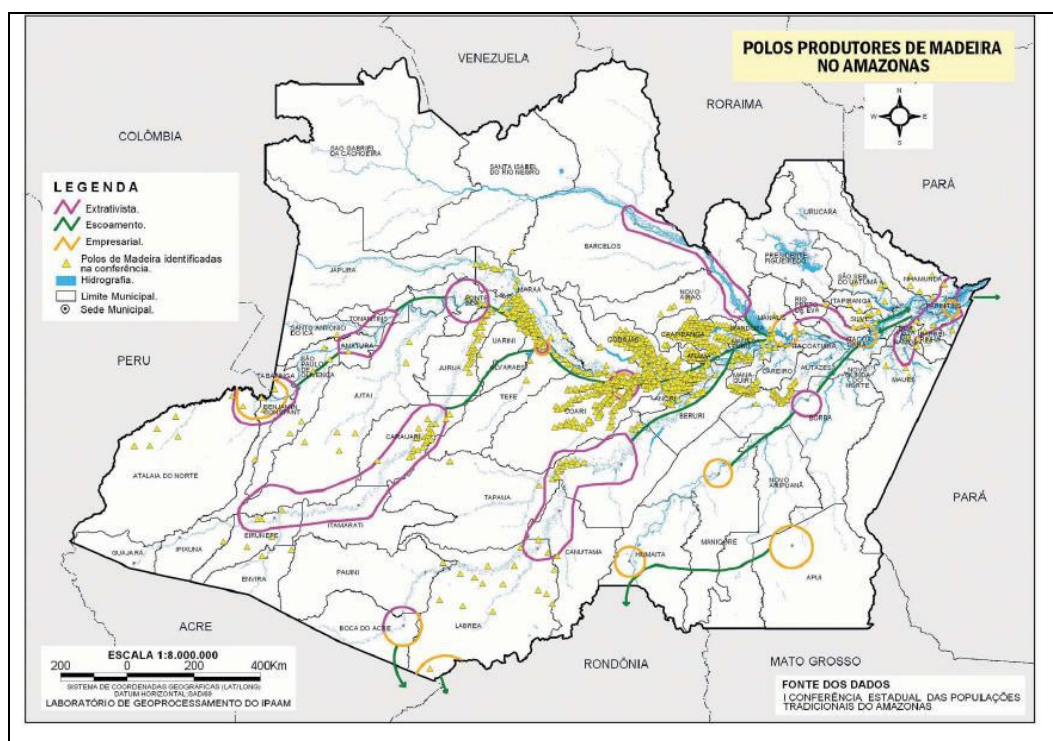


Para o IBGE, 43 dos 62 municípios amazonenses produzem madeira. Dentre os produtores, 19 apresentaram produção superior a 10 mil m³, em 2002, e respondem por 90% da produção estadual, os quais são (em ordem decrescente): Lábrea (99.089m³), Jutaí (89.598m³), Itamarati (84.278m³), Carauari (83.379m³), Pauini (77.388m³), Canutama (47.557m³), Benjamin Constant (46.599m³), Atalaia do Norte (39.577m³), Juruá (35.120m³),

Tonantins (34.738m³), Manacapuru (32.134m³), Borba (28.774m³), Novo Aripuanã (16.011m³), Santa Isabel do Rio Negro (15.102m³), Manicoré (14.932m³), Careiro (14.921m³), São Paulo de Olivença (13.843m³), Apuí (11.313m³) e Tabatinga (10.813m³).

No mapa abaixo se pode observar a indicação dos seguintes pólos de extração/beneficiamento:

- Juruá (várzea): Eirunepé e Carauari;
- Purus (várzea): Lábrea e Boca do Acre (saída da madeira por Porto Velho) e Canutama e Tapauá (extrativismo de várzea avançando na terra-firme);
- Madeira (terra firme): Manicoré, Apuí (desmatamento), Humaitá (desmatamento) e Borba;
- Solimões (várzea): Fonte Boa, Javari, Coari, Tefé. Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Tabatinga;
- Jutaí (terra-firme);
- Médio Amazonas (terra-firme): Manaus, Itacoatiara, e Parintins, Boa Vista do Ramos e Maués.



Para os pesquisadores e técnicos do setor, no Estado, a produção atual é menor de 100.000m³ na produção extrativista e maior de 200.000m³ na empresarial. Já a produção

potencial é de dois milhões de metros cúbicos na produção extrativista e 50 milhões de m³ na empresarial.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a produção de madeira em tora do Estado foi de 893.060m³, em 2002, um aumento de quase 30% em relação a 1995, quando a produção estadual alcançou 530.603m³. De modo geral, os municípios que mais produzem madeira atualmente apresentaram aumento de produção nesse período. Itacoatiara é um caso especial: de primeiro produtor em 1995, nem aparece entre os que mais produziram em 2002. Na região, o Amazonas é terceiro produtor em volume de madeira em tora.

A seguir, destacam-se os principais temas que compõem a gestão do plano com as instituições vocacionadas para essa finalidade, ressaltando que se adotou o critério de inclusão do nome do ente na função em que melhor se enquadra, posto que muitas delas desenvolvem mais de uma função.

3.1 ACESSO AOS MERCADOS INTERNO E EXTERNO

Os mercados local e regional são os destinos da madeira produzida pelo extrativismo e o nacional e internacional a produzida pelo setor empresarial. A principal forma de comercialização é a intermediação, com necessidade de adoção de formas mais justas de comercialização (cooperativas/associações). O mercado internacional anual de madeira tropical encontra-se praticamente estável, em torno de 65 milhões de m³ (em toras). Por outra parte, ocorreu uma diminuição das reservas florestais dos tradicionais fornecedores como a Ásia tropical, que reduziu a sua contribuição em torno de 61 milhões de m³ em 1985, para 49 milhões de m³ em 1995. E, entre estes, a Amazônia, praticamente intacta, porém sem uma participação significativa neste mercado.

A contribuição da Amazônia tem sido modesta, em torno de 5 milhões m³/ano (menos de 10% do mercado internacional), apesar de seu potencial volumétrico de madeira em pé e de sua expressiva produção anual de aproximadamente 25 milhões m³/ano. E, dentro da própria região, verifica-se que o Amazonas é o que menos contribui (em torno de 4%) para a produção anual total, apesar de ser o maior da federação e ter as menores taxas anuais de desmatamento. Os principais produtores continuam sendo Pará, Rondônia e Mato Grosso.

O segmento de transporte/distribuição tem uma boa infra-estrutura intermodal, com logística para atender aos mercados interno e externo. Esse segmento envolve empresas e agentes que prestam serviços para a ZFM e, assim, pode atender o mercado em termos de

logística, mecanismos tarifários, mercadológico e de informação para os importadores e exportadores. As instituições capazes de realizar um trabalho de intervenção na questão da acessibilidade aos mercados são:

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS / Agência de Desenvolvimento Sustentável – ADS

Tem a missão de formular, coordenar e implementar a política estadual de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, programas intersetoriais, dos recursos hídricos, da fauna e flora, da gestão política estadual de florestas e de ordenamento pesqueiro, visando à valorização econômica e a sustentabilidade dos produtos florestais, mediante ações de fortalecimento das cadeias produtivas do setor florestal nos pólos de desenvolvimento sustentável e implementação das ações de assistência técnica e organização dos produtos da floresta. No APL em pauta, a SDS tem como representante, a ADS, empresa pública de administração indireta do executivo, que executa as ações relativas ao trabalho e à política estadual de apoio ao desenvolvimento, integração e comercialização de produtos das diversas cadeias do setor primário.

Secretaria de Estado da Produção Rural - SEPROR

Instituição que tem como missão formular, coordenar e implementar a política de desenvolvimento integrado da agricultura, pecuária, pesca e aqüicultura; executar o planejamento da produção para implementação das cadeias produtivas; realizar estudos e oferecer subsídios aos planos municipais; definir necessidades e apoiar à concessão de fomento e fornecimento de infra-estrutura; implementar ações de ATER e de incentivo à organização dos produtores através do associativismo e cooperativismo; organizar a produção, apoiar as ações de comercialização e de reforma agrária, da defesa sanitária animal e vegetal e da capacitação profissional.

Serviço de Apoio à Micro e Pequenas Empresas do Amazonas - SEBRAE/AM

O SEBRAE/AM tem as suas diretrizes políticas de fomento e apoio às micro e pequenas empresas estabelecidas por um Conselho Deliberativo Estadual - CDE, composto por 13 entidades representativas de diversos segmentos, entre elas: FIEAM, FAEA, FECOMÉRCIO, ACA, IEL, UFAM, SUFRAMA, ADA, SEPLAN, AFEAM, Banco da Amazônia, Banco do Brasil e o próprio Sebrae Nacional. Sob a orientação do CDE, o SEBRAE/AM é administrado por uma Diretoria Executiva, composta de um diretor

superintendente e dois diretores operacionais. À Diretoria Executiva cabe o comendamento de todas as ações desenvolvidas em prol das micro e pequenas empresas. O presidente do Conselho Deliberativo Estadual, que deve ser sempre um representante do Comércio, da Indústria ou da Agricultura, é eleito pelos seus membros para um mandato de 2 anos, podendo ser reconduzido. A Diretoria Executiva também é eleita pelos membros do Conselho.

Federação das Indústrias do Estado do Amazonas - FIEAM

Entidade de grau superior integrante do Sistema Confederativo da Confederação Nacional da Indústria - CNI, constituída em agosto de 1960, tendo seu estatuto aprovado em maio de 1961, quando foi expedida a Carta Sindical pelo então Ministro de Estado de Negócios do Trabalho. Seu fundador e primeiro Presidente, Abrahão Sabbá, exerceu o mandato de uma diretoria provisória (agosto/1960 a maio/1961), quando foi eleita a 1ª Diretoria com mandato de junho/1961 a outubro/1966. Hoje com 27 sindicatos filiados, a FIEAM compõe-se de Diretoria, Conselho de Representantes, formado por dois delegados de cada sindicato filiado e também de uma Diretoria Adjunta, consignada à competência do Presidente, escolhida dentre os industriais e dirigentes da indústria, que compõem as Coordenadorias, que têm por finalidade instruírem processos a serem levados para decisão final de diretoria. Integram o Sistema FIEAM as entidades SESI-AM, SENAI-AM e IEL-AM.

Centro da Indústria do Estado do Amazonas - CIEAM

Instituição que tem por missão congregar as indústrias do Amazonas, representando, defendendo e preservando os interesses das empresas associadas frente às entidades públicas e privadas na busca de soluções e alternativas que visem o contínuo fortalecimento e desenvolvimento do Pólo Industrial de Manaus. Visa ser uma instituição que gera soluções de vanguarda, antecipando-se às mudanças do ambiente, através de pesquisas, estudos e parcerias estratégicas, contribuindo para a melhoria da competitividade das empresas associadas.

3.2 FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Tomando-se como base os produtores do Amazonas, pode-se afirmar que o nível de conhecimento é baixo em relação a outros estados e pior quando se compara a outros países mais eficientes. Um dos fatores é o baixo nível de capacitação técnica dos produtores, e a

precária assistência técnica. A maioria das instituições que compõem este APL pode promover formação e capacitação. Entre elas, destacamos:

Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas - IDAM

Instituto vinculado a SEPROR é responsável pela Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER no Amazonas, prestando serviços às comunidades rurais desde a década de 1970. Atualmente conta com 30 escritórios instalados nos municípios do interior e na capital, constituindo um quadro funcional de cerca de 500 funcionários oriundos de outras instituições: SEPROR, EMATER, CODEAGRO, SEPA. A área de ATER deste plano está compreendida entre os temas de responsabilidade do IDAM.

Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Desde a sua criação em janeiro de 1909 recebeu várias denominações e mudanças institucionais, sendo atualmente chamada de Universidade Federal do Amazonas. Oferece atualmente 42 cursos de graduação, 11 de pós-graduação *stricto sensu* e 23 *latu sensu*. Possui 5 campi na cidade de Manaus e 6 no interior do Estado. Um marco na sua atuação em ensino, pesquisa e extensão com recursos pesqueiros foi a criação do curso de Engenharia de Pesca em 1988, fato que propiciou a contratação de vários professores e técnicos-administrativos, culminando com a constituição do Departamento de Ciências Pesqueiras. Além do curso de engenharia de pesca, a UFAM atua em recursos pesqueiros nos cursos de graduação de agronomia, ciências biológicas, zootecnia e engenharia florestal. Atua também por meio de cursos de pós-graduação, entre os quais: mestrado em sistemas agroflorestais; mestrado em ciências ambientais; mestrado em ciências pesqueiras e especialização em manejo de pesca.

Universidade do Estado do Amazonas - UEA

Os fins institucionais que norteiam a UEA, na condição de academia amazônica, colocam-na diante do desafio de democratizar o acesso dos amazonenses ao seu universo discente e pelear para a superação das racionalidades impermeáveis ao reconhecimento de uma cultura da Região.

Assim, a UEA existe e interfere num contexto de transformação significativa dos paradigmas de educação, de desenvolvimento e de civilização, tendo por base o reconhecimento de uma pluralidade de modelos, de culturas, de espiritualidades e diversificações socioeconômicas.

Ciência e tecnologia são ambas indispensáveis para atingir essas metas, mas os resultados positivos somente podem ser alcançados por meio de uma reintegração da ciência e da cultura, de modo a assegurar um sentido de finalidade, por meio de um enfoque integrativo, com o objetivo de superar as fragmentações que conduziram a uma interrupção nas comunicações culturais.

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo/Organização das Cooperativas Brasileiras - SESCOOP/OCB

A SESCOOP é o órgão executor da capacitação, monitoramento e promoção social. É a interação entre a representação e a autogestão do cooperativismo brasileiro. Instituição privada, sem fins lucrativos, integrante do Sistema “S”, criado pela Medida Provisória nº1715 de 03 de setembro de 1998 e o Decreto n.º 3.017 de 06 de abril de 1999 – vinculado à Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB. Seus objetivos são:

- Organizar, administrar e executar o ensino, a formação profissional e a promoção social dos trabalhadores e dos cooperados;
- Assistir as sociedades cooperativas na elaboração e execução de programas de treinamento;
- Exercer a coordenação, supervisão e fiscalização da execução dos programas e projetos de formação profissional e de Gestão em cooperativas.

A OCB é um órgão de representação do Sistema Cooperativo Brasileiro, sendo que no Amazonas atua como sindicato e organização das cooperativas. É uma entidade patronal, sem fins lucrativos econômicos e de duração indeterminada, fundada no dia 07/03/1973. Exerce a representação política do cooperativismo do Amazonas e oferece suporte técnico e institucional para sua organização, fortalecimento e defesa. Tem como visão ser a referência do cooperativismo amazonense, garantindo ambiente favorável ao seu desenvolvimento. Seus objetivos são:

- Representar politicamente e integrar todos os ramos de cooperativas no Amazonas;
- Manter serviços de apoio na consolidação do ideal cooperativista, dentro e fora do país e na formação de recursos humanos;
- Promover a integração e o fortalecimento do cooperativismo como setor relevante;
- Zelar pela doutrina e prática cooperativista, sem discriminações;
- Fomentar e orientar a constituição de cooperativas de todos os ramos;

- Prestar assessoria técnica-consultiva ao Governo sobre questões do cooperativismo.

Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas - FAEA/ Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional do Estado do Amazonas - SENAR

Entidade sindical de grau superior constituída para fins de coordenação, promoção, defesa e representação dos interesses dos produtores rurais integrantes da categoria econômica rural – Plano Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA Brasil. É a sucessora da Federação das Associações Rurais. Seu patrimônio maior são os onze sindicatos rurais filiados e também produtores rurais direta ou indiretamente representados por ela. Tem estado presente em todas as discussões que nortearam o processo de securitização de dívidas rurais e encaminhado vários expedientes às autoridades, na condição de porta voz dos anseios da categoria. Neste APL a FAEA tem o SENAR-AR/AM como sua via de atuação, posto que é uma instituição educacional, de direito privado, paraestatal, sem fins lucrativos, vinculada a nível nacional à CNA e a nível estadual à FAEA. Foi implantado em 01/06/1993, sendo administrado por um Conselho Administrativo que tem como presidente nato o titular da FAEA, formado ainda por representantes da classe dos trabalhadores rurais, na pessoa do Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Amazonas - FETAGRI, do SENAR - Administração Central e de dois representantes do setor produtivo. Seu objetivo é organizar, administrar e executar a Formação Profissional Rural - FPR e a Promoção Social - PS dos produtores e trabalhadores rurais.

Além das instituições destacadas, é possível citar também nesse aspecto o SEBRAE/AM (item 3.2), o INPA e a EMBRAPA, estas últimas destacadas no item 3.6, por ser sua principal vocação.

3.3 GOVERNANÇA E COOPERAÇÃO

Cada vez mais a cooperação é condição necessária para a sobrevivência e o desenvolvimento dos pequenos negócios, com o auxílio de mecanismos de coordenação e intermediação dos múltiplos interesses e objetivos envolvidos. O programa de APL's no Amazonas que se encontra sob a coordenação do Núcleo Estadual de APL's – NEAPL, criado no âmbito da SEPLAN/AM, tem por finalidade desenvolver estratégias e ações que possibilitem a consolidação e o fortalecimento de potenciais segmentos econômicos, por meio da cooperação entre os atores locais, identificados a partir de seu envolvimento no setor, em

especial a pesquisa técnico-científica para a melhoria dos processos produtivos. Neste APL as instituições vocacionadas ao tema são:

Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico - SEPLAN

Órgão que tem como área de atuação o desenvolvimento do sistema de planejamento estratégico, bem como, coordenação das políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico do Estado do Amazonas, o cumprimento da legislação estadual e federal relativas ao desenvolvimento econômico e planejamento estratégico. Também a elaboração, o acompanhamento e a avaliação do plano plurianual, a formulação e a execução de estratégia de crescimento econômico, contemplando a inovação tecnológica e a busca do pleno emprego, estímulo à elevação da produtividade e dos salários reais, à dinamização das empresas e à prosperidade dos seus municípios, articulação e cooperação entre Estado e Sociedade, estabelecimento de negociações econômicas nos planos nacional e internacional visando investimentos estratégicos através da captação de recursos e cooperação técnica, a formulação de políticas de incentivos fiscais e tecnológicos para o fortalecimento da economia estadual, o apoio à implantação de empresas geradoras de emprego e renda, a coordenação, assistência e supervisão ao Programa Nacional de Apoio a Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal – PNAGE/AM, e a realização de estudos e pesquisas de acompanhamento da conjuntura socioeconômica para subsidiar a formulação de políticas públicas, promover a inserção internacional, fomentar as relações multilaterais ao desenvolvimento sócio-econômico, cultural e científico.

Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e vinculadas - SECT

A SECT, implantada e organizada a partir de abril de 2003, é responsável pelo planejamento e execução de uma política de ciência e tecnologia que atenda os interesses políticos, econômicos e científicos do Estado do Amazonas, conforme demandas induzidas ou não, postas pelas diversas secretarias e autarquias do Estado; instituições de ensino superior e de pesquisa, públicas ou privadas; setor produtivo público ou privado; matriz industrial do Pólo Industrial de Manaus; e pelas instituições federais sediadas ou com programas no Estado.

Inclusão social, geração de renda e empregabilidade, participação e acesso das populações regionais aos benefícios do patrimônio genético e aos serviços ambientais do Estado do Amazonas, e interiorização das plataformas científicas e tecnológicas constituem os fundamentos políticos e econômicos que norteiam as ações dessa Secretaria. São vinculadas à

SECT a Universidade Estadual do Amazonas – UEA, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM e o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – CETAM.

Superintendência de Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Autarquia vinculada ao MDIC, responsável pela administração dos incentivos fiscais e pela atração de investimentos para a ZFM, Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana, no Amapá. A ZFM foi criada pela Lei Nº 3.173 de 6/6/1957. Dez anos depois, o Governo Federal, por meio do Decreto-Lei nº. 288, de 28/2/1967, ampliou e regulamentou essa legislação, estabelecendo incentivos fiscais por 30 anos para implantação de um pólo industrial, comercial e agropecuário, instituindo, assim, o atual modelo de desenvolvimento. Em 15/8/1968, o Decreto-Lei Nº 365/68, estendeu esses benefícios a toda a Amazônia Ocidental. A SUFRAMA possui uma Coordenação Geral de Análise e Acompanhamento de Projetos Agropecuários – CGPAG, que tem como competência: I – implementar e coordenar as ações previstas na política da SUFRAMA para o setor agropecuário na Amazônia Ocidental; II – analisar, acompanhar e avaliar projetos técnico-econômicos de investidores que se estabelecem em sua área de abrangência.

Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - IPAAM

Tem por finalidade coordenar e executar a política de meio ambiente e de C&T. Vinculado a SDS, possui autonomia administrativa financeira e tem por objetivo atender a sociedade em geral nas questões ambientais. Responde pela Secretaria Executiva do Fundo Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – FUMCITEC, e integra o Conselho Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia COMCITEC, cabendo ao Governador do Estado do Amazonas a presidência do mesmo. Possui estrutura organizacional composta por duas Diretorias voltadas diretamente às Políticas Estaduais de Meio Ambiente e de Ciência e Tecnologia, e uma Diretoria Administrativa-Financeira.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Local - SEMDEL/Prefeitura Municipal de Manaus - PMM

A SEMDEL é um órgão do Executivo Municipal voltado para o incentivo do empreendedorismo e geração de trabalho e renda nas zonas urbana e rural de Manaus. Realiza um trabalho de capacitação e qualificação profissional voltado para pessoas que buscam conhecimento, oportunidades de inserção no mercado de trabalho e que necessitam de orientações para consolidar seus próprios empreendimentos. Suas competências são:

Instituir e gerir políticas e ações de desenvolvimento e apoio ao empreendedorismo local, entre elas, as de orientação e capacitação empresarial; Promover o desenvolvimento de novas tecnologias de produção em todos os setores da atividade empresarial; Promover e incentivar a participação de empreendedores em feiras, congressos, seminários, exposições e outros eventos; Gerenciar a articulação de políticas setoriais de desenvolvimento local; Promover estudos e elaborar diagnósticos no seu âmbito de atuação, buscando definir mecanismos de acompanhamento e avaliação das ações; Promover o desenvolvimento de ações de terceirização e quarteirização; Coordenar ações e programas a cargo dos diversos setores com impactos sobre o desenvolvimento local; Articular-se com o Estado, o Governo Federal e instituições não governamentais para a promoção de iniciativas de desenvolvimento local integrado e sustentável; Realização e divulgação de estudos e oportunidades de investimento, assessoramento a empreendedores e oferta de infra-estrutura para a instalação e ampliação de seus negócios; Promover a produção e a disseminação de informações estratégicas sobre os mercados de trabalho e produtos das micro, pequenas e médias empresas e da economia familiar; Promover a organização de arranjos locais; Promover o desenvolvimento de organizações de micro finanças e da economia solidária; Exercer outras atribuições necessárias ao cumprimento de suas finalidades.

Podemos destacar, entre as principais ações da SEMDEL os seguintes programas: Universidade do Povo; Manaus Empreendedora; O Cultivo do Cupuaçu gerando trabalho e renda na Comunidade N. S. de Fátima. A SEMDEL também administra feiras e exposições em Manaus: Valorizando o Trabalho, Centro de Artes e Artesanato da Ponta Negra e a Exposição Indígena Pú Kaa – Mãos da Mata, projeto visionário e inédito que dá vez e voz às comunidades indígenas que vivem na capital.

Podemos destacar, entre as principais ações da SEMDEL os seguintes programas: Universidade do Povo; Manaus Empreendedora; O Cultivo do Cupuaçu gerando trabalho e renda na Comunidade N. S. de Fátima. A SEMDEL também administra feiras e exposições em Manaus: Valorizando o Trabalho, Centro de Artes e Artesanato da Ponta Negra e a Exposição Indígena Pú Kaa – Mãos da Mata, projeto visionário e inédito que dá vez e voz às comunidades indígenas que vivem na capital.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- IBAMA

Criado em fevereiro de 1989, pela fusão de entidades brasileiras que trabalhavam na área ambiental, o IBAMA é um órgão gerenciador da questão ambiental, responsável por formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional do Meio Ambiente e da

preservação, conservação e uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos naturais renováveis, objetivos reforçados na Rio-92, quando a sociedade que vinha se organizando nas últimas décadas pressionou as autoridades pela proteção ao meio ambiente. Essas, preocupadas com a repercussão internacional das teses discutidas na Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, determinaram em outubro de 1992, a criação do Ministério do Meio Ambiente - MMA, órgão de hierarquia superior, com o objetivo de estruturar a política do meio ambiente no Brasil.

Conselho Regional de Economia - CORECON

Tem por atribuição organizar e manter o registro profissional dos economistas, fiscalizar a profissão, expedir as carteiras profissionais, impor penalidade à infração da legislação profissional e cooperar com o COFECON em seu programa de trabalho, destinado a valorização profissional.

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA.

A implantação de novas escolas de tecnologia e aumento da mão-de-obra especializada, como também a luta da categoria resultou na criação do CREA do Amazonas/Roraima da 20ª Região, em agosto de 1974, de acordo com a Resolução do CONFEA n.º 223. A partir de sua criação, expandiu seus níveis de atuação, tanto na fiscalização preventiva, quanto na contribuição para o aperfeiçoamento profissional, incluindo a informatização dos procedimentos internos, modernização e estreitamento da relação com seus públicos, tais como entidades de classe, empresas e profissionais. Atualmente existem aproximadamente 10 mil profissionais e cerca de 3.800 empresas com registro, reflexo do crescimento da cidade e da conseqüente ampliação do mercado de trabalho em Manaus. Em sua recente etapa, inicia a implantação de inspetorias no interior do Estado. Hoje conta com duas inspetorias, nos municípios de Itacoatiara e Humaitá, com a expectativa de ampliar suas atividades em outras localidades como Benjamin Constant, Coari, Parintins e Manacapuru.

3.4 INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO

Neste aspecto se observa a necessidade de implantar um sistema de crédito com recursos financeiros estaduais e federais e determinar um percentual específico para o setor

oriundo dos fundos constitucionais (estadual e federal), utilizando-se dos serviços das seguintes instituições financeira:

Banco da Amazônia

O Banco da Amazônia é a principal instituição financeira federal de fomento com a missão de promover o desenvolvimento da região. Possui papel relevante tanto no apoio à pesquisa quanto no crédito de fomento, respondendo por mais de 60% do crédito de longo prazo. Com sua atuação, se articula com diversos órgãos vinculados aos governos, através de parcerias com diversas entidades, universidades, ong's ligadas ao fomento sustentável e representativas patronais ou laborais. Possui pontos de atendimento que cobrem toda a região, cerca de 59% do território nacional. Além disso, opera com exclusividade o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO e ainda atende com outras fontes, como: Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES, Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, Fundo da Marinha Mercante - FMM, - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, Orçamento Geral da União - OGU e recursos próprios. Seus colaboradores também trabalham pautados com a consciência de que são agentes de desenvolvimento sustentável, respeitando princípios como: a ética, excelência, ousadia, criatividade, transparência, confiança, rentabilidade e respeito ao ser humano. Dessa forma, busca novas alternativas de negócios que utilizem tecnologias e suporte técnico para desenvolver a região favorecendo a criação de novos produtos e serviços, mas alinhado com a sustentabilidade para garantir recursos para as gerações futuras.

Agência de Fomento do Estado do Amazonas - AFEAM

Instituída como órgão da administração indireta, na modalidade de empresa pública revestida da forma de sociedade anônima não bancária, a AFEAM tem como missão concorrer para o desenvolvimento sócio-econômico, por meio de ações de apoio técnico e crédito que propiciem a geração de emprego e renda e a melhoria da qualidade de vida do povo amazonense.

Banco do Brasil - BB

Fundado em outubro de 1808, o banco tinha a função de emissor de moeda. A primeira utilização da denominação Banco do Brasil aconteceu já em 1808, resultado da associação do seu ramo de atividade ao nome do país. Na mesma época, podem-se observar diferentes configurações da marca Banco do Brasil em papel-moeda e documentos oficiais. E a partir daí a marca BB tem simbolizado tradição, confiabilidade, seriedade, segurança e credibilidade.

Inicia-se uma história que se identifica fortemente com a história do país. Sua missão é ser a solução em serviços e intermediação financeira, atender às expectativas de clientes e acionistas, fortalecer o compromisso entre os funcionários e a empresa e contribuir para o desenvolvimento do País.

Caixa Econômica Federal CEF

É o principal agente das políticas públicas do governo federal e, de uma forma ou de outra, está presente na vida de milhões de brasileiros. Isso porque é uma empresa 100% pública que atende não só aos seus clientes bancários, mas a todos os trabalhadores formais do Brasil, por meio do pagamento de FGTS, PIS e seguro-desemprego; beneficiários de programas sociais e apostadores das Loterias. Além disso, ao priorizar setores como habitação, saneamento básico, infra-estrutura e prestação de serviços, exerce um papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social no país, contribuindo para melhorar a qualidade de vida da população, especialmente a de baixa renda. Sua atuação também se estende aos palcos, salas de aula e pistas de corrida, com o apoio a iniciativas artístico-culturais, educacionais e desportivas.

3.5 QUALIDADE E PRODUTIVIDADE

Como em todo o Brasil, a indústria amazonense de móveis é muito fragmentada e caracteriza-se principalmente por dois aspectos.

- 1 - Elevado número de micro e pequenas empresas, em um setor de capital majoritariamente nacional;
- 2 - Grande absorção de mão-de-obra.

Com o aumento nas exportações, nos últimos anos, a indústria desenvolveu muito a sua capacidade de produção e apurou significativamente a qualidade dos seus produtos. Tecnologias avançadas, matérias-primas sofisticadas e apuro na qualidade dos produtos têm pautado a produção da indústria de móveis (Abimovel e Exame - 05/2003).

Produzir de modo a garantir a qualidade dos próprios produtos significa saber produzir. Neste sentido, será importante prever atividades de formação dos recursos humanos (empreendedores e empregados) envolvidos ou a serem envolvidos nos percursos de qualidade delineados. Saber traçar o percurso do próprio produto ao longo do arranjo produtivo, conhecer, saber interpretar e aplicar os disciplinários de produção que funcionarão

como documento base para a certificação, comporta na aquisição de determinados conhecimentos normativos e técnicos. Dispor, portanto, de internal auditor e avaliadores para efetuar visitas de inspeção será, outrossim, importante e neste sentido, imagina-se que ocorrerá uma formação específica. Pode-se hipotisar a criação e distribuição de módulos formativos com conteúdos de base e transversais sobre Sistemas de Qualidade e Certificação, Rastreabilidade da Empresa e Auditor de Sistemas de Gestão para a Qualidade.

Sabe-se que certificar um produto significa agregar valor, que deverá ser percebido pelo consumidor sob a forma de tipicidade e qualidade garantida, e por parte do produtor sob a forma de um aumento do lucro. Para alcançar este resultado, deverá ser atuada uma atividade de sensibilização do mercado (interno e exterior) e uma atividade de promoção (participação em feiras/exposições, etc) a fim de permitir a máxima visibilidade dos produtos certificados. Será importante desenvolver uma rede entre canais de comercialização e distribuição local e nos países interessados na compra. Esta rede facilitaria a transferência de boas práticas produtivas e encorajaria formas de parceria/participação na administração das empresas amazônicas. As instituições que deverão contribuir neste aspecto são:

Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB

A SETRAB possui a missão de aproximar o trabalhador das oportunidades do mercado e novos nichos de trabalho e renda, fomentando a cultura do empreendedorismo, valorizando os saberes e conhecimentos populares como forma de crescimento sustentável e solidário. É desafio a atuação em conjunto com os demais órgãos, bem como com os movimentos sociais e a classe patronal. Através do Sistema Público de Emprego – SINE/AM são disponibilizados os serviços de intermediação de mão-de-obra, qualificação social e profissional e seguro-desemprego.

Nesse contexto, é preponderante salientar o esforço da SETRAB em criar, no âmbito do SINE, sistemas de orientação e certificação profissional, com ênfase em melhores direcionamentos aos jovens em busca do primeiro emprego, bem como reconhecer e certificar trabalhadores (as) que desenvolvem determinados ofícios sem sequer terem freqüentado um curso de qualificação profissional. E ainda, o Observatório do Trabalho encerra, de forma emblemática as tarefas precípuas da secretaria, cuja finalidade será mapear as vocações e potencialidades econômicas dos municípios e regiões do estado. Articulando parcerias com os centros de conhecimento, pesquisa e extensão, a exemplo da SECT/FAPEAM/UEA e UFAM, dentre outros, na busca de resultados e diagnósticos que balizarão a elaboração de políticas de geração de emprego e renda.

Instituto Euvaldo Lodi – IEL/Serviço Social da Indústria - SESI

Integrante do Sistema S, por sua vinculação ao SESI, o IEL iniciou suas atividades com a missão de lançar programas e atividades de capacitação empresarial voltados à solução de problemas empresariais e tecnológicos. De 1998 até hoje, passou a realizar programas e atividades relacionados ao fomento da competitividade, inovação tecnológica, desenvolvimento regional, empreendedorismo e cooperação internacional. O IEL encontra-se presente nas 27 unidades da federação e, no tema APL, tem por objetivo promover o desenvolvimento de regiões de forma sustentada, disseminando e implantando metodologias e ferramentas que observam as características e vocações locais para incentivar a inovação e dinamizar a atividade empresarial. Suas estratégias para atuação em APL são: sensibilização e mobilização do setor e atores comprometidos; realização de estudos, levantamentos e diagnósticos; definição dos principais gargalos e prioridades empresariais e tecnológicas; elaboração do planejamento estratégico e do plano de trabalho do APL (definição de projetos, responsabilidades, negociação dos recursos, etc.); Monitoramento dos resultados por indicadores; Planejamento de novas ações.

Instituto de Pesos e Medidas do Amazonas - IPEM

O IPEM/AM é o representante do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, que tem por objetivo aperfeiçoar um sistema de qualidade adequado às necessidades da sociedade brasileira, que proporcione impacto positivo na economia nacional, promova a competição justa e proteja o consumidor, na medida em que atualmente cresce no mundo inteiro a existência de uma “avaliação da conformidade”. O IPEM/AM está incumbido de executar a avaliação da conformidade, verificando se os produtos de certificações expostas nos estabelecimentos apresentam o Símbolo de Certificação do INMETRO, dentro do Sistema Brasileiro de Certificação. Desta forma, busca difundir a cultura de qualidade industrial e contribuir para o desenvolvimento das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, responsável pela criação da grande parte das normas e regulamentos técnicos no que diz respeito aos aspectos de saúde, segurança e meio ambiente.

Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica - FUCAPI

Criada como agente de inovação tecnológica para atuar junto às empresas do Pólo Industrial de Manaus - PIM foi pioneira na condução das novas formas de pensar o desenvolvimento regional. Foi a primeira instituição na Região Norte a oferecer uma

programação regular de cursos de pós-graduação, a partir de 1986, nas áreas de Eletrônica Digital, Engenharia de Produção, Automação Industrial, Qualidade e Produtividade, Desenvolvimento de Recursos Humanos e Marketing. Essa atuação foi o ponto de partida para a implantação, em 1998, do Centro de Ensino Superior Fucapi – CESF, que oferece os cursos inovadores de Engenharia de Comunicações, Administração com ênfase em Gestão da Inovação, Análise de Sistemas, Ciência da Computação, Engenharia de Produção Elétrica e Design de Interface Digital. Sua preocupação em promover a educação e desenvolver os recursos humanos da região reflete-se também na oferta de cursos de curta duração e treinamentos e na capacitação de seus próprios colaboradores. Privilegiou a busca pela excelência na prestação de seus serviços, obtendo a certificação ISO 9001:2000 em 2001, bem como está participando do programa de excelência nos Institutos de Pesquisa coordenado pela Associação Brasileira dos Institutos de Pesquisa - ABIPTI. Desde 2001, instituiu um centro tecnológico voltado à adoção de soluções voltadas aos problemas do meio ambiente.

3.6 TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A melhoria dos processos é um dos primeiros efeitos que poderão ser sentidos a partir do estudo da cadeia produtiva. Deverá ser criteriosamente estudada a sua racionalização visando o seu melhor ordenamento, por intermédio das seguintes instituições:

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA

Instituição federal vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT que tem dado uma importante contribuição ao conhecimento científico e tecnológico da Amazônia. No âmbito da ciência seus pesquisadores têm se dedicado ao estudo da flora, fauna e ambiente, onde esses organismos vivem dentro de um equilíbrio dinâmico, do qual depende a existência e a preservação desse complexo de biodiversidade. No âmbito do desenvolvimento de produtos e de tecnologia, sua contribuição é bastante ampla, devendo-se somar a esse conjunto, os indicativos de base científica que são os únicos que podem dar suporte às ações e projetos direcionados para o desenvolvimento da região. A Coordenação de Pesquisas em Ciências Agrárias – CPCA destina-se a realizar pesquisas visando a geração de conhecimentos que possibilitem o desenvolvimento da agricultura local.

A Coordenação de Pesquisas em Produtos Florestais – CPPF do Instituto Nacional de Pesquisas Ambientais – INPA, existe há 25 anos. Em sua área de atuação, desenvolve ações mediante estudos de caracterização tecnológica, processos e produtos, tecnologia de produtos

da madeira sólida, tecnologia de produtos compostos, madeira composta e/ou madeira reconstituída, tecnologia de adesivos orgânicos naturais e artificiais, tecnologia e industrialização de produtos alternativos e diferenciados para uso na habitação, pontes, carpintaria naval, pequenos objetos, móveis e decoração, energia (resíduos de carvão vegetal, energia solar, hidráulica, e fotovoltaica), secagem e durabilidade (natural e artificial). Além ou dentro destas ações de tom perene, a CPPF é responsável pela disseminação de conhecimentos inter e multidisciplinares, sobre como, o que, e onde, os recursos florestais madeireiros e não madeireiros podem ser absorvidos na perspectiva de uma visão sócio-econômica e ambiental, de base sustentável em P&D, compatível com a manutenção e capacidade de suporte dos recursos florestais de capital natural, sociais e econômicos existentes e disponíveis.

Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias - EMBRAPA

Atualmente denominada EMBRAPA Amazônia Ocidental, atua no Amazonas desde 1974, por meio do Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Ocidental (CPAA), que conta com 268 colaboradores. O grupo ocupacional técnico-científico é composto por 56 pesquisadores, 212 empregados na área de apoio e administração. Participante da rede de centros de pesquisa, a Embrapa é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A unidade atende a demandas do mercado local e regional dentro do programa de agricultura familiar, principalmente com a cultura da mandioca, cultivo de grãos e olericultura; do mercado nacional, com pesquisas em fruteiras tropicais, dendê, seringueira, espécies florestais, guaraná e piscicultura; e do internacional, com a produção de sementes de dendê. Ao longo de vários anos vêm publicando cerca de 2000 trabalhos técnicos e científicos, em que estão apresentados os resultados de pesquisa com ênfase ao desenvolvimento tecnológico do setor agropecuário para a região amazônica.

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM

As atividades da FAPEAM tiveram início em maio de 2003 e desde então, a Fundação possui articulação com o setor produtivo por meio de Programas com oferta de fomento nas áreas tradicionais de C&T e inovação em empresas nas seguintes linhas: formação de recursos humanos pós-graduados, iniciação científica, editais universais e temáticos, subvenção econômica e pesquisa em empresas.

No período de 2003 a 2008 a FAPEAM investiu R\$ 136,5 milhões em projetos de pesquisa e inovação desenvolvidos no Estado do Amazonas.

4. DESAFIOS E OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO

Um dos maiores desafios para um salto qualitativo e quantitativo é a falta de maior organização e integração entre os agentes da cadeia produtiva. Não obstante, relacionou-se, a seguir, os demais desafios e as oportunidades de desenvolvimento:

Desafios:

- Situação fundiária (Regularização fundiária) e dificuldade em cumprir a legislação específica;
- Concorrência com madeireiros ilegais e desmatamentos;
- Assistência técnica insuficiente e maior investimento em assistência técnica ao manejo florestal;
- Falta de investidores e falta de apoio – financiamento;
- Escoamento da produção – infra-estrutura viária e energia;
- Fiscalização de fronteira e extratores ilegais;
- Problemas sociais (educação, bebidas);
- Falta de política de regularização de mercado (preços compatíveis com a atividade);
- Exploração dentro da APP sendo que o rio acaba comendo a APP;
- As Unidades de Conservação - UC's de uso sustentável não possuem plano de manejo (da UC);
- Alíquota do ICMS (17%) muito elevada;

Oportunidades:

- Implementação de medidas de comando e controle articuladas com alternativas econômicas ao desmatamento (sensibilização para o manejo sustentável);
- Definir formas adequadas de acesso aos recursos madeireiros;
- Simplificação das normas e adaptação aos sistemas extrativistas;
- Aceitação da madeira como garantia do financiamento;
- Regularização cadastral dos extratores - SPC-SERASA;
- Fundo de aval municipal, com maior envolvimento das prefeituras;
- Ação social para tirar documentos;
- Portfólio de linhas de crédito disponíveis para comunidades e pequenos;
- Estudo de custo do transporte Alto Solimões para Manaus;

- Critérios de avaliação deverão ser adequados à rentabilidade do projeto e não as garantias oferecidas (financiamentos);
- A AFEAM deveria levar o SEBRAE nas ações de crédito nos municípios;
- Campanhas mais frequentes dos órgãos fundiários;
- Formalização da atividade (legalizar);
- Estudo de estratégias para redução do custo de transporte (melhoria de estradas existentes, abertura de novas estradas, subsídios do transporte das comunidades mais distantes, associativismo);
- Ampliação das redes de energia elétrica;
- Organização dos produtores para comercialização em grupo (central de beneficiamento e venda nos municípios produtores);
- Ampliação da fiscalização com instalação de postos nos municípios mais distantes.
- Regularização da atividade de manejo;
- Estímulo às pessoas a se manterem nas comunidades;
- Apoio a atividades sociais (esporte e lazer);
- Capacitação técnica dos detentores de PMFS;
- Ampliação dos programas de assistência técnica em manejo florestal e instrumentos de multiplicação;
- Estabelecimento de política de preços mínimos para produtos florestais (incentivos à agregação de valor à madeira); pré-beneficiamento na propriedade;
- Política de comercialização da madeira;

5. RESULTADOS ESPERADOS

De modo específico os resultados esperados podem ser visualizados da seguinte forma:

R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado.

A1.1 – Definir os produtos comercializáveis, consolidar e buscar novos mercados;

A1.2 – Investir em projetos de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de madeira e produção de móveis e artefatos com definição do padrão ideal (tamanho, cortes, etc).

A1.3 – Capacitar a mão-de-obra envolvida no processo de manejo, beneficiamento, produção, embalagem e armazenagem, para agregação de valor aos produtos e qualificação dos serviços.

A1.4 – Otimizar o processo produtivo visando a redução do tempo de fabricação do produto.

R2 - Difusão do associativismo e cooperativismo de pequenos produtores.

A2.1 – Identificar a concentração de produtores por área geográfica;

A2.2 – Reunir os produtores para a constituição e/ou fortalecimento de cooperativas;

A2.3 – Aumentar a integração e união dos empresários e consolidar a imagem das empresas;

A2.4 – Desenvolver a gestão das empresas nas áreas: financeira, comercial, recursos humanos e fiscal.

Neste item a atenção deverá se concentrar prioritariamente no quadro normativo vigente atualmente no Brasil, com a intenção de entender qual impacto causaria a aplicação de um esquema de associativismo/cooperativismo no sistema produtivo local. Também deverá ser feita uma avaliação da proposta metodológica pelas cooperativas e tomada de decisão quanto à formação de um grupo de trabalho. A decisão das cooperativas deve basear-se nas suas expectativas em relação ao processo e na qualidade das informações que receberam. Essa decisão deve ser tomada alguns dias após a primeira reunião com os técnicos. A decisão daqueles que quiserem continuar na caminhada é comunicada aos técnicos por escrito, ocasião na qual devem ser escolhidos, as pessoas que irão compor o grupo.

R3 - Infra-estrutura de industrialização adequada e qualificação profissional

A3.1 – Buscar especialistas com conhecimento técnico e de tecnologias disponíveis para o aprimoramento da gestão e capacitação da mão-de-obra nos empreendimentos;

A3.2 – Solicitar certificação e promover as adequações ambientais;

A3.3 – Investimentos em infra-estrutura e buscar utilização de incentivos existentes.

A.34 - Indicar as fontes de financiamento nacionais.

R4- Sistema logístico adequado

A4.1 – Definir pólos com localização ideal para produção;

A4.2 – Definir os mercados-alvo para a inserção dos produtos.

A4.3 – Melhorar a infra-estrutura rodoviária e portuária existente, em função da melhor logística de distribuição;

A4.4 - Aprimorar o processo de escoamento da produção.

R5 - Legalizações e Licenças.

A5.1 - Definir dentro do órgão do meio ambiente prioridade na licença ambiental dos planos de manejo das áreas propícias ao APL;

A5.2 - Reunir informações para subsidiar a resolução do problema do manejo;

A5.3 - Estudar nomenclaturas para fins de enquadramento nas NCM"s e certificados de origem.

6. INDICADORES DE RESULTADO

R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado

A1.1 – Produtos com a cadeia produtiva completa e seus mercados;

A1.2 – Número de projetos de pesquisa segundo as exigências de mercado destino;

A1.3 – Quantidade de técnicos capacitados;

A1.4 – Volume de produção e faturamento.

R2 - Difusão do associativismo e cooperativismo de pequenos produtores

A2.1 – Números de produtores e produção anual;

A2.2 – Registros e estatutos aprovados das cooperativas;

A2.3 – Número de associados as federações e/ou participantes de fóruns, p. ex., Câmara Setorial;

A2.4 – Quantidade de eventos de informação realizados (workshops, seminários, palestras, etc).

R3 - Infra-estrutura de industrialização adequada e qualificação profissional.

A3.1 – Currículo dos especialistas e número de cursos realizados;

A3.2 – Número de certificações obtidas;

A3.3 – Volume de capital investido (privado e institucional) em infra-estrutura;

A3.4 – Programas e linhas de financiamento (privado e institucional) para o segmento.

R4- Sistema logístico adequado.

- A4.1 – Clusters do segmento econômico;
- A4.2 – Mercados potenciais em importação e seus valores;
- A4.3 – Modais estruturados e número de portos adequados para recepção e transporte dos produtos;
- A4.4 – Qualidade e redução do prazo de entrega.

R5 - Legalizações e Licenças.

- A5.1 – Número de licenças expedidas;
- A5.2 – Dados gerais sobre planos de manejo;
- A5.3 – Número de certificados de origem.

7. AÇÕES REALIZADAS E EM ANDAMENTO

I) PROJETO OFICINA ESCOLA DE ITACOATIARA.					
Descrição: O projeto foi uma iniciativa do Governo do Amazonas no âmbito do Programa Zona Franca Verde, que teve como objetivo a capacitação de empresários e profissionais para a fabricação de móveis e objetos de madeira com qualidade, preço competitivo e de forma sustentável, empregando modernas técnicas de administração, marketing e produção.					
Coordenação: FUCAPI		Início: Maio/2003		Término: Maio/2005	
Execução: Secretarias de Trabalho e Cidadania – SETRACI, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, de Educação e Qualidade de Ensino – SEDUC, Agência Florestas do Amazonas; Prefeitura de Itacoatiara; SENAI; SEBRAE; Associação dos Moveleiros de Itacoatiara – ASMOVITA; MIL Madeireira Itacoatiara Ltda; Gethal Amazônia S/A; Fund. Centro de Análise, Pesquisa e Inovação – FUCAPI.					
Viabilização financeira: R\$ 1.802.461,71					
	Parceiros	Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	FUCAPI, ASMOVITA, Mil Madeireira, Gethal	-	0	-	0
Estaduais	SETRACI, SDS, SEDUC, AFLORAM	1.802.461,71	100	1.802.461,71	100
Federais / GTP APL	SENAI, SEBRAE	-	0	-	0
TOTAL R\$		1.802.461,71	100		
Ação relacionada ao resultado n°: R3 – Infraestrutura de industrialização adequada e qualificação profissional.					
A3.1 – Buscar especialistas com conhecimento técnico e de tecnologias disponíveis para o aprimoramento da gestão e capacitação da mão-de-obra nos empreendimentos.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Formação e Capacitação.					

II) CONSTRUÇÃO DO PÓLO MOVELEIRO DE ITACOATIARA.					
Descrição: o projeto apresentou como objeto a construção das edificações, serviços complementares e instalações prediais, como a aquisição de equipamentos.					
Coordenação: SUFRAMA		Início: 2001		Término: 2003	
Execução: Prefeitura Municipal de Itacoatiara					
Viabilização financeira: R\$ 1.000.000,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Estaduais	Prefeitura de Itacoatiara	150.000,00	15	150.000,00	15
Federais / GTP APL	SUFRAMA	850.000,00	85	850.000,00	85
TOTAL R\$		1.000.000,00	100		
Ação relacionada ao resultado nº: <u>R3 - Infra-estrutura de industrialização adequada e qualificação profissional.</u>					
A3.3 – Investimentos em infra-estrutura e buscar utilização de incentivos existentes.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Governança e Cooperação.					

III) DESIGN TROPICAL					
Descrição: pesquisa nos municípios do interior do Estado, a qual demonstrou potencial e possibilidades de implantação de núcleos voltados para a criação e produção de artefatos e móveis utilizando resíduos florestais.					
Coordenação: FUCAPI		Início: 2001		Término: 2006	
Execução: FUCAPI, SUFRAMA, UFAM, Banco da Amazônia, Programa de Cooperação Brasil-Itália.					
Viabilização financeira:					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	FUCAPI,				
Estaduais	-	-	0	-	0
Federais / GTP APL	SUFRAMA, UFAM, Banco da Amazônia	-	0	-	0
TOTAL R\$					
Ação relacionada ao resultado nº: <u>R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado.</u>					
A1.2 – Investir em projetos de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de madeira e produção de móveis e artefatos com definição do padrão ideal (tamanho, cortes, etc).					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Tecnologia e Inovação.					

IV) PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – DIMPE.

Descrição: Voltado para o desenvolvimento do segmento de Madeira-Móveis, Fitofármacos e Fitocosméticos, o presente projeto apresenta como objeto a construção das edificações, serviços complementares e instalações prediais, como a aquisição de uma estufa de secagem.

Coordenação: SEPLAN e SEINF **Início:** 2006 **Término:** 2008

Execução: SEPLAN e SEINF

Viabilização financeira: R\$ 14.201,426 10

Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Estaduais	Governo do Estado	7.221.403,09	50,9	-	
Federais / GTP APL	SUFRAMA	6.980.023,01	49,1		
TOTAL R\$		14.201,426, 10	100		

Ação relacionada ao resultado n°: R3 - Infra-estrutura de industrialização adequada e qualificação profissional.

A3.3 – Investimentos em infra-estrutura e buscar utilização de incentivos existentes.

Item que melhor se relaciona com esta ação: Investimento e Financiamento.

V) MODELO DE INTEGRAÇÃO DE PRODUTORES DE MADEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS – MIPMEA.

Descrição: Desenvolver alternativas para utilização adequada e racional dos recursos naturais da região, agregando valores econômicos ao resíduo produzido pelas indústrias madeireiras e fortalecer o segmento de fornecimento de matéria prima florestal no município de Jutuí.

Coordenação: Elisabete Brocki/UEA; **Gestão:** FUCAPI **Início:** dezembro/2004 **Término:** dez/2007 (com prorrogação para 2008)

Execução: Universidade Estadual do Amazonas, INPA, EMBRAPA, Associação de Produtores de Jutuí, IBAMA, AFNSAM, Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia

Viabilização financeira: R\$ 814.201,78

Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	ASPROJU, AFNSAM	-	-	-	100
Estaduais	-	-	-	-	100
Federais / GTP APL	UTAM, SECT, FINEP, INPA, EMBRAPA.	350.340,00	70	-	100
	CNPq (Bolsas)	193.474,32	30	270.387,46	100
TOTAL R\$		543.814,32	100		

Ação relacionada ao resultado n°: R2 – Difusão do associativismo e cooperativismo de pequenos produtores.

A2.1 – Identificar a concentração de produtores por área geográfica.

A2.2 – Reunir os produtores para a constituição de cooperativas.

Item que melhor se relaciona com esta ação: Governança e Cooperação.

VI) ESTUDOS TECNOLÓGICOS DE ALTERNATIVAS DE USO DE RESÍDUOS FLORESTAIS NA AMAZÔNIA CENTRAL.					
Descrição: Desenvolver estudos de alternativas de uso de resíduos florestais na Amazônia Central.					
Coordenação: Bazilio Frasco Vianez		Início: 01/12/2006		Término: 30/11/2008	
Execução: INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia					
Viabilização financeira: R\$ 270.387,46					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	-	-	-	-	100
Estaduais	-	-	-	-	100
Federais / GTP APL	INPA	270.387,46	100	270.387,46	100
TOTAL R\$		270.387,46	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado.					
A1.2 – Investir em projetos de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de madeira e produção de móveis e artefatos com definição do padrão ideal (tamanho, cortes, etc).					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Tecnologia e Inovação.					

VII) FLORESTA VIVA.					
Descrição: Promoção do manejo florestal sustentável em pequena escala: difusão técnica, aprimoramento das políticas públicas para o setor e fortalecimento da cadeia produtiva de móveis em 6 municípios.					
Coordenação: - Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS/Am) e Grupo de Pesquisa e Intercâmbios Tecnológicos (GRET)		Início: 2005		Término: 2008	
Execução: SDS, GRET, Fund. Centro de Análise, Pesquisa e Intercâmbio Tecnológico – FUCAPI, Escola Agrotécnica Federal de Manaus – EAFM, Agência de Desenvolvimento Sustentável – ADS/AM, Secret. Exec. Adjunta de Extrativismo e Floresta – SEAFE / SDS, Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM, Instituto de Terras do Amazonas – ITEAM.					
Viabilização financeira: 1.800,000 Euros					
Parceiros		Previsto €\$	%	TOTAL €\$	%
Locais/ Estaduais	FUCAPI; EAFM; ADS; SEAFE / SDS; IPAAM / SDS; ITEAM; FDB.	1.800,000	100	1.800,000	100
Federais / GTP APL	-	-	-	-	100
TOTAL R\$		1.800,000	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado.					
A1.2 – Investir em projetos de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de madeira e produção de móveis e artefatos com definição do padrão ideal (tamanho, cortes, etc).					
A1.3 – Capacitar a mão-de-obra envolvida no processo de manejo, beneficiamento, produção, embalagem e armazenagem, para agregação de valor aos produtos e qualificação dos serviços.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Acesso aos mercados interno e externo					

VIII) ATUALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA PARA O BENEFICIAMENTO E USO DE PRODUTOS FLORESTAIS DA AMAZÔNIA.					
Descrição: Este programa visa atualizar e desenvolver tecnologia para o beneficiamento e uso de produtos florestais da Amazônia.					
Coordenação: Claudete Cantanhede		Início: 02/01/2007		Término: 31/12/2007	
Execução: INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia					
Viabilização financeira: R\$ 54.000,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	-	-	-	-	100
Estaduais	-	-	-	-	100
Federais / GTP APL	INPA	54.000,00	100	54.000,00	100
TOTAL R\$		54.000,00	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado.					
A1.2 – Investir em projetos de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de madeira e produção de móveis e artefatos com definição do padrão ideal (tamanho, cortes, etc).					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Tecnologia e Inovação.					

IX) CARACTERIZAÇÃO DOS RESÍDUOS MADEIREIROS E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA SEU APROVEITAMENTO – APROREM.					
Descrição: Desenvolver alternativas para utilização adequada e racional dos recursos naturais da região, agregando valores econômicos ao resíduo produzido pelas indústrias madeireiras.					
Coordenação: Claudete Castanhede / INPA; Gestão: FUCAPI		Início: dezembro/2004		Término: dez/2007 (com prorrogação para 2008)	
Execução: INPA, Escola Superior de Tecnologia/Universidade Estadual do Amazonas, Mil Madeireira (Itacoatiara), Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – SECT.					
Viabilização financeira: R\$ 514.690,40					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	-	-	-	-	100
Estaduais	-	-	-	-	100
Federais / GTP APL	FINEP	391.100,00	86	391.100,00	100
	CNPq (Bolsas)	61.795,20	14	61.795,20	100
TOTAL R\$		452.895,20	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado.					
A1.2 – Investir em projetos de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de madeira e produção de móveis e artefatos com definição do padrão ideal (tamanho, cortes, etc).					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Tecnologia e Inovação.					

X) AVALIAÇÃO DO POTENCIAL DE UTILIZAÇÃO DAS MADEIRAS DA AMAZÔNIA E SEUS DERIVADOS DE FORMA SUSTENTÁVEL.					
Descrição: O programa tem por objeto avaliar o potencial de utilização das madeiras da Amazônia e seus derivados de forma sustentável.					
Coordenação: Bazilio Frasco Vianez		Início: 02/01/2007		Término: 31/12/2007	
Execução: INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia					
Viabilização financeira: R\$ 37.500,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	-	-	-	-	100
Estaduais	-	-	-	-	100
Federais / GTP APL	INPA	37.500,00	100	37.500,00	100
TOTAL R\$		37.500,00	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado.					
A1.2 – Investir em projetos de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de madeira e produção de móveis e artefatos com definição do padrão ideal (tamanho, cortes, etc).					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Tecnologia e Inovação.					

XI) SILVICULTURA, MANEJO E TECNOLOGIA DE MADEIRA PARA SISTEMA DE PRODUÇÃO DE FLORESTAS PLANTADAS EM ÁREAS ALTERNADAS NA AMAZÔNIA – SILVITEC.					
Descrição: Desenvolver alternativas para utilização adequada e racional dos recursos naturais da região, agregando valores econômicos ao resíduo produzido pelas indústrias madeireiras.					
Coordenação: Fernando L. Almeida (INPA) e Roberval Lima (EMBRAPA)		Início: 2006		Término: 2009	
Execução: CPPF/INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia					
Viabilização financeira: R\$ 50.000,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	-	-	-	-	100
Estaduais	-	-	-	-	100
Federais / GTP APL	INPA	50.000,00	100	50.000,00	100
TOTAL R\$		50.000,00	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado.					
A1.2 – Investir em projetos de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de madeira e produção de móveis e artefatos com definição do padrão ideal (tamanho, cortes, etc).					
Item que melhor se relaciona com esta ação: tecnologia e inovação.					

XII) DESEMPENHO DE HABITAÇÃO ALTERNATIVAS COM BAMBU – HABIMPACTO – HABITAÇÃO DE BAIXO CUSTO AMBIENTAL.					
Descrição: Estudos de desempenho de habitação alternativa com bambu – Habimpacto – Habitação de baixo custo ambiental.					
Coordenação: Marilene Gomes de Sá Ribeiro		Início: 03/05/2007		Término: 31/12/2007	
Execução: INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia					
Viabilização financeira: R\$ 20.500,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	-	-	-	-	100
Estaduais	-	-	-	-	100
Federais / GTP APL	INPA	20.500,00	100	20.500,00	100
TOTAL R\$		20.500,00	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado.					
A1.2 – Investir em projetos de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de madeira e produção de móveis e artefatos com definição do padrão ideal (tamanho, cortes, etc).					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Tecnologia e Inovação.					

XIII) SISTEMA DE LAJE ESTRUTURAL MADEIRA CONCRETO.					
Descrição: Desenvolver alternativas para utilização adequada e racional dos recursos naturais da região, agregando valores econômicos ao resíduo produzido pelas indústrias madeireiras.					
Coordenação: Ruy Alexandre S.Ribeiro		Início: 2007		Término: 2007	
Execução: INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia					
Viabilização financeira: R\$ 15.500,00.					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	-	-	-	-	100
Estaduais	-	-	-	-	100
Federais / GTP APL	INPA	15.500,00	100	15.500,00	100
TOTAL R\$		15.500,00	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado.					
A1.2 – Investir em projetos de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de madeira e produção de móveis e artefatos com definição do padrão ideal (tamanho, cortes, etc).					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Tecnologia e Inovação.					

XIV) MODELAGEM E DETERMINAÇÃO DE ESTOQUE E FIXAÇÃO DE CARBONO NO SISTEMA DE PRODUÇÃO DE FLORESTAS PLANTADAS NA AMAZÔNIA CENTRAL (PROJETO EM REDE NACIONAL).					
Descrição:					
Coordenação: EMBRAPA		Início: 2003		Término: 2007 c/ perspectiva de continuar em 2008	
Execução: EMBRAPA					
Viabilização financeira:					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	-	-	-	-	-
Estaduais	-	-	-	-	-
Federais / GTP APL	Tesouro (Macroprograma Embrapa)				
TOTAL R\$					
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado.					
A1.2 – Investir em projetos de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de madeira e produção de móveis e artefatos com definição do padrão ideal (tamanho, cortes, etc).					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Tecnologia e Inovação.					

XV) SILVICULTURA, MANEJO E TECNOLOGIA DE MADEIRA PARA SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE FLORESTAS PLANTADAS EM ÁREAS ALTERADAS NA AMAZÔNIA (PROJETO EM REDE REGIONAL).					
Descrição:					
Coordenação: EMBRAPA		Início: 2003		Término: 2007	
Execução: EMBRAPA					
Viabilização financeira: R\$ 37.083,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais		-	-	-	-
Estaduais		-	-	-	-
Federais / GTP APL	Tesouro (Macroprograma Embrapa) ativ. Am.	37.083,00	100	37.083,00	100
TOTAL R\$		37.083,00	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado.					
A1.2 – Investir em projetos de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de madeira e produção de móveis e artefatos com definição do padrão ideal (tamanho, cortes, etc).					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Tecnologia e Inovação.					

XVI) RECUPERAÇÃO E APROVEITAMENTO DE ÁREAS ABANDONADAS E/OU DEGRADADAS NA AMAZÔNIA OCIDENTAL.					
Descrição:					
Coordenação: EMBRAPA		Início: 2001		Término: 2001	
Execução: EMBRAPA					
Viabilização financeira: R\$.					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais		-	-	-	
Estaduais		-	-	-	
Federais / GTP APL	CNPQ / PPDG-7 / Macroprograma Embrapa				
TOTAL R\$					
Ação relacionada ao resultado n°: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado com produto padronizado e certificado.					
A3.1 – Buscar especialistas com conhecimento técnico e de tecnologias disponíveis para o aprimoramento da gestão e capacitação da mão-de-obra nos empreendimentos.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Tecnologia e Inovação.					

XVII) INVESTIGATIONS ON TREE SPECIES SUITABLE FOR THE RECULTIVATION OF DEGRADED LAND AREAS IN CENTRAL AMAZÔNIA (COOPERAÇÃO INTERNACIONAL).					
Descrição:					
Coordenação: EMBRAPA		Início: 2001		Término: 2001	
Execução: EMBRAPA					
Viabilização financeira:					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais		-	-	-	
Estaduais		-	-	-	
Federais / GTP APL	FKZ-Alemanha/CNPQ-7/ Macroprograma Embrapa				
TOTAL R\$					
Ação relacionada ao resultado n°: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado.					
A1.1 – Definir os produtos comercializáveis, consolidar e buscar novos mercados.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Tecnologia e Inovação.					

XVIII) REALIZAÇÃO DO I SEMINÁRIO ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.					
Descrição: integração dos atores locais envolvidos com APL's e divulgação do conhecimento obtido através dos estudos, pesquisas e diagnósticos pertinentes ao assunto.					
Coordenação: Núcleo de Gestão Tecnológica Compartilhada – NGTC		Início: 20/09/06		Término: 21/09/06	
Execução: SECT/AM					
Viabilização financeira: R\$ 52.086,88					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	UEA, FUCAPI	-	-	-	
Estaduais	FAPEAM, SECT, SEPROR	52.086,88	100	-	100
Federais / GTP APL	SUFRAMA, INPA, EMBRAPA	-			
TOTAL R\$		52.086,88			100
Ação relacionada ao resultado n°: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Formação e Capacitação.					

XIX) FORTALECIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA MADEIRA NA MESOREGIÃO DO ALTO SOLIMÕES.					
Descrição: Estruturação do arranjo produtivo local da madeira nos 09 municípios da Messorregião do Alto Solimões, por meio da organização de três Pólos de Produção.					
Coordenação: Ministério da Integração Nacional no Estado do Amazonas.		Início: 2005		Término: 2005	
Execução: Agência de Florestas/SDS					
Viabilização financeira: R\$ 1.086.618,82					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	-	-	-	-	-
Estaduais	Agência de Florestas/SDS	-	-	-	-
Federais / GTP APL	Ministério da Integração Nacional	1.086.618,82	100	-	100
TOTAL R\$		1.086.618,82	100		
Ação relacionada ao resultado n°: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado.					
A1.1 – Definir os produtos comercializáveis, consolidar e buscar novos mercados;					
A1.3 – Capacitar a mão-de-obra envolvida no processo de manejo, beneficiamento, produção, embalagem e armazenagem, para agregação de valor aos produtos e qualificação dos serviços;					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Governança e Cooperação					

XX) PROGRAMA ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DE COMUNIDADES POBRES – PRODUZIR.					
Descrição: Eventos de capacitação em Campo - ECC, na Mesorregião do Alto Solimões, apoiando os APL's do Pescado e da Madeira.					
Coordenação: Ministério da Integração Nacional no Estado do Amazonas.		Início: 2004		Término: 2005	
Execução: SEBRAE – AM					
Viabilização financeira: R\$ 297.000,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	-	-	-	-	-
Estaduais	SEBRAE-AM	-	-	-	-
Federais / GTP APL	Ministério da Integração Nacional no Estado do Amazonas	297.000,00	100	-	100
TOTAL R\$		297.000,00	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R2 – Difusão do associativismo e cooperativismo de pequenos produtos.					
A2.1 – Identificar as concentração de produtores por área geográfica;					
A2.2 – Reunir os produtores para a constituição e/ou fortalecimento de cooperativas;					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Governança e Cooperação.					

XXI) I SEMINÁRIO DE APL DE MADEIRA E MÓVEIS.					
Descrição: Promover o debate e facilitar a difusão de informações e conhecimentos sobre a situação do setor de madeira e móveis no Estado do Amazonas, visando buscar soluções para o fortalecimento e o desenvolvimento de sua cadeia produtiva.					
Coordenação: SUFRAMA		Início: 06/12/2005		Término: 06/12/2005	
Execução: SUFRAMA, SEPLAN, SEBRAE-AM, MDIC, Banco do Brasil, SECT, Prefeitura de Manaus, AIMAZON.					
Viabilização financeira:					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Local	SEBRAE-AM, Pref. de Manaus, AIMAZON				
Estaduais	SEPLAN, SECT				
Federais / GTP APL	SUFRAMA, MDIC, BANCO DO BRASIL				
TOTAL R\$			100		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Formação e Capacitação.					

XXII) VIA DESIGN – NÚCLEO DE INOVAÇÃO E DESIGN – NIDE – PROJETO UNIBRIMA.					
Descrição: Oferecer oficinas para apoio técnico e capacitação para os alunos da marcenaria da UNIBRIMA que está localizada no município de Barreirinha, Amazonas. O projeto que funciona com o apoio da prefeitura local, possui uma marcenaria bem equipada onde são desenvolvidos pequenos brinquedos em madeira.					
Coordenação: SEBRAE-AM		Início: 2003		Término: 2007	
Execução: SEBRAE-AM, UFAM, FUCAPI, SENAI, Martha Falcão					
Viabilização financeira:					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Estaduais				-	
Federais / GTP APL					
TOTAL R\$					
Ação relacionada ao resultado nº: <u>R3 - Infra-estrutura de industrialização adequada e qualificação profissional</u>					
A3.3 – Investimentos em infra-estrutura e buscar utilização de incentivos existentes.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Tecnologia e Inovação.					

XXIII) PROJETO DE INFRA-ESTRUTURA DO PARQUE INDUSTRIAL NAVAL E MOVELEIRO DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ.					
Descrição: desenvolver a cadeia produtiva da madeira e móveis através do fortalecimento do setor de construção naval e movelaria do município, promovendo o aumento da produção de embarcações e móveis, com a inserção de novas tecnologias.					
Coordenação: SUFRAMA		Início: 2007		Término: 2008	
Execução: SUFRAMA, Cooperativa Constrói					
Viabilização financeira: R\$ 367.500,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Local	Cooperativa Constroi	17.500,00	5	17.500,00	5
Estaduais	-	-	0	-	-
Federais / GTP APL	SUFRAMA	350.000,00	95	350.000,00	95
TOTAL R\$		367.500,00	100		
Ação relacionada ao resultado nº: <u>R3 - Infra-estrutura de industrialização adequada e qualificação profissional</u>					
A3.3 – Investimentos em infra-estrutura e buscar utilização de incentivos existentes.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Investimento e Financiamento.					

XXIV) SISTEMA DE PRODUÇÃO DE FLORESTAS PLANTADAS COMO ALTERNATIVA PARA O FORTALECIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA MADEIRA E MÓVEIS DO ESTADO DO AMAZONAS.					
Descrição: Gerar e disponibilizar aos silvicultores, conhecimentos técnicos e científicos para garantir o manejo sustentável de florestas plantadas e o aproveitamento integral das espécies, visando o fortalecimento do setor produtivo.					
Coordenação: SUFRAMA		Início: 2007		Término: 2008	
Execução: SUFRAMA, EMBRAPA					
Viabilização financeira: R\$ 206.000,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Local	-	-	0	-	0
Estaduais	-	-	0	-	0
Federais / GTP APL	SUFRAMA	200.000,00	97	200.000,00	97
	EMBRAPA	6.000,00	3	6.000,00	3
TOTAL R\$		206.000,00	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado.					
A1.1 – Definir os produtos comercializáveis, consolidar e buscar novos mercados;					
A1.2 – Investir em projetos de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de madeira e produção de móveis e artefatos com definição do padrão ideal (tamanho, cortes, etc).					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Tecnologia e Inovação.					

XXV) IMPLANTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO PÓLO MOVELEIRO DE TABATINGA.					
Descrição: Fortalecer, organizar e ampliar o setor madeira/móveis regionais. além de melhorar a qualidade do produto.					
Coordenação: SUFRAMA		Início: 2007		Término: 2008	
Execução: SUFRAMA, EMBRAPA					
Viabilização financeira: R\$ 597.878,84					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Local	-	54.352,62	10	-	0
Estaduais	-	-	0	-	0
Federais / GTP APL	SUFRAMA	543.526,22	90	200.000,00	97
TOTAL R\$		597.878,84	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado.					
A1.1 – Definir os produtos comercializáveis, consolidar e buscar novos mercados;					
A1.2 – Investir em projetos de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de madeira e produção de móveis e artefatos com definição do padrão ideal (tamanho, cortes, etc).					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Investimento e Financiamento.					

XXVI) FOMENTO À PESQUISA – PROGRAMA DE AMAZONAS DE APOIO À PESQUISA EM EMPRESAS – PAPPE					
Descrição: Artefatos com Madeiras da Amazônia para comercialização					
Coordenação: FAPEAM		Início: 2004		Término: 2008	
Execução: INPA - Dra. Claudete Catanhede do Nascimento					
Viabilização financeira: R\$ 136.750,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	FAPEAM	68.375,00	50	68.375,00	50
Estaduais					
Federais / GTP APL	FINEP	68.375,00	50	68.375,00	50
TOTAL R\$		136.750,00	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado com produto padronizado e certificado.					
A1.1 – Definir os produtos comercializáveis, consolidar e buscar novos mercados;					
A1.2 – Investir em projetos de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de madeira e produção de móveis e artefatos com definição do padrão ideal (tamanho, cortes, etc);					
A1.4 – Otimizar o processo produtivo visando a redução do tempo de fabricação do produto.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Tecnologia e Inovação.					

XXVII) FOMENTO À PESQUISA – PROGRAMA DE APOIO À PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - PIPT.					
Descrição: Atividade da Enzima Exo-b-1,4 Glucanase em Fungos Amazônicos Deterioradores de Madeira como Subsídio para Bioindústria.					
Coordenação: FAPEAM		Início: 2007		Término: 2009	
Execução: UEA - Dr. Ademir Castro e Silva					
Viabilização financeira: R\$ 8.998,12					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	FAPEAM	8.998,12	100	8.998,12	100
Estaduais					
Federais / GTP APL					
TOTAL R\$		8.998,12	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado com produto padronizado e certificado.					
A1.1 – Definir os produtos comercializáveis, consolidar e buscar novos mercados;					
A1.2 – Investir em projetos de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de madeira e produção de móveis e artefatos com definição do padrão ideal (tamanho, cortes, etc);					
A1.4 – Otimizar o processo produtivo visando a redução do tempo de fabricação do produto.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Tecnologia e Inovação.					

XXVIII) FOMENTO À PESQUISA – PROGRAMA DE APOIO À PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - PIPT.					
Descrição: Potencial de Extrativos de leguminosas florestais da Amazônia Central para usos em adesivos para madeira.					
Coordenação: FAPEAM		Início: 2007		Término: 2009	
Execução: UEA - Dra. Ana Paula Ribeiro Barbosa					
Viabilização financeira: R\$ 12.898,12					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	FAPEAM	12.898,12	100	12.898,12	100
Estaduais					
Federais / GTP APL					
TOTAL R\$		12.898,12	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado com produto padronizado e certificado.					
A1.1 – Definir os produtos comercializáveis, consolidar e buscar novos mercados;					
A1.2 – Investir em projetos de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de madeira e produção de móveis e artefatos com definição do padrão ideal (tamanho, cortes, etc);					
A1.4 – Otimizar o processo produtivo visando a redução do tempo de fabricação do produto.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Tecnologia e Inovação.					

XXIX) FOMENTO À PESQUISA – PROGRAMA JOVEM CIENTISTA AMAZÔNIDA – JCA.					
Descrição: Estimular o aproveitamento dos resíduos madeiros no Município de Novo Airão como fonte alternativa de renda e difusão de conhecimentos técnicos com alunos de rede pública.					
Coordenação: FAPEAM		Início: 2007		Término: 2009	
Execução: INPA – Dra. Claudete Catanhede do Nascimento					
Viabilização financeira: R\$ 66.580,02					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	FAPEAM	66.580,02	100	66.580,02	100
Estaduais					
Federais / GTP APL					
TOTAL R\$		66.580,02	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado com produto padronizado e certificado.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Tecnologia e Inovação.					

XXX) ORGANIZAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DOS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL					
Descrição: Implantação do pólo moveleiro de Tabatinga.					
Coordenação: SEPROR		Início: 2008		Término: 2008	
Execução: SUFRAMA e SEPROR					
Viabilização financeira: R\$ 597.878,84					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais					
Estaduais	SEPRO	54.352,62	10	54.352,62	10
Federais / GTP APL	SUFRAMA	543.526,22	90	543.526,22	90
TOTAL R\$		597.878,84	100		
Ação relacionada ao resultado n°: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado com produto padronizado e certificado.					
A3.3 – Investimentos em infra-estrutura e buscar utilização de incentivos existentes.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Governança e Cooperação.					

7.1. AÇÕES COMUNS AOS DEMAIS APL'S DO AMAZONAS

I) PROGRAMA AMAZONAS DE APOIO A PESQUISA EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – PAPPE SUBVENÇÃO/FINEP AMAZONAS.					
Descrição: Apoiar, com recursos financeiros, micro e pequenas empresas interessadas no desenvolvimento de produtos e processos inovadores.					
Coordenação: FAPEAM		Início: 2008		Término: 2010	
Execução: FINEP/SECT/FAPEAM/SEPLAN/AFEAM/SEBRAE-AM/IEL/IDAM					
Viabilização financeira: R\$ 6.000.000,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais					
Estaduais	SEPLAN	1.000.000,00	25		25
	FAPEAM	1.000.000,00	25		25
	SECT, SEBRAE, AFEAM, IEL, IDAM				
Federais / GTP APL	FINEP	4.000.000,00	50		50
TOTAL R\$		6.000.000,00	100		
Ação relacionada ao resultado n°: R1 – Agregar valor e diversificar produtos de modo a ampliar a participação em mercados mais distantes (inclusive mercado exterior).					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Tecnologia e Inovação.					

II) PROGRAMA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA – PIT.					
Descrição: Apoiar, com recursos financeiros, micro e pequenas empresas interessadas no desenvolvimento de produtos e processos inovadores.					
Coordenação: FAPEAM		Início: 2008		Término: 2010	
Execução: SECT/FAPEAM					
Viabilização financeira: R\$ 2.500.000,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais					
Estaduais	FAPEAM, SECT	2.500.000,00	100		100
Federais / GTP APL					
TOTAL R\$		2.500.000,00	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Agregar valor e diversificar produtos de modo a ampliar a participação em mercados mais distantes (inclusive mercado exterior).					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Tecnologia e Inovação.					

III) PROGRAMA DE APOIO A INCUBADORAS – INCUBADORAS/AM.					
Descrição: Apoiar empreendimentos para criação ou continuidade de novos negócios, ou ainda, braços de P&D de pequenas e médias empresas, que tenham interesse em desenvolver produto ou serviços em incubadoras.					
Coordenação: FAPEAM		Início: 2008		Término: 2010	
Execução: SECT/FAPEAM					
Viabilização financeira: R\$ 1.500.000,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais					
Estaduais	FAPEAM, SECT	1.500.000,00	100		100
Federais / GTP APL					
TOTAL R\$		1.500.000,00			
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Agregar valor e diversificar produtos de modo a ampliar a participação em mercados mais distantes (inclusive mercado exterior).					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Tecnologia e Inovação.					

IV) PROJETO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA.					
Descrição: Delinear estratégia de ação em prol do crescimento econômico, com abrangência em todos os municípios do Amazonas.					
Coordenação: SEBRAE		Início: 2008		Término: 2010	
Execução: SEBRAE					
Viabilização financeira: R\$ 1.562.000,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	SEBRAE	1.562.000,00	100	1.562.000,00	100
Estaduais					
Federais / GTP APL					
TOTAL R\$		1.562.000,00	100		
Ação relacionada ao resultado n°: R3 – <u>Infraestrutura adequada e mão-de-obra qualificada.</u> A3.2 – Promover cursos de capacitação da mão-de-obra, realizados por especialistas e técnicos em processos e produtos para agregação de valor aos produtos.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Formação e Capacitação.					

V) DISSEMINANDO A CULTURA DA COOPERAÇÃO.					
Descrição: Delinear estratégia de ação em prol do crescimento econômico, com abrangência em todos os municípios do Amazonas.					
Coordenação: SEBRAE		Início: 2008		Término: 2010	
Execução: SEBRAE					
Viabilização financeira: R\$ 800.000,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	SEBRAE	800.000,00	100	800.000,00	100
Estaduais					
Federais / GTP APL					
TOTAL R\$		800.000,00	100		
Ação relacionada ao resultado n°: R1 – <u>Aumento da produtividade.</u> A1.1 – Investimento em projetos de pesquisa para o desenvolvimento do APL; A1.3 – Capacitar a mão-de-obra envolvida no processo.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Governança e Cooperação.					

VI) A GENTE SABE A GENTE FAZ.					
Descrição: Delinear estratégia de ação em prol do crescimento econômico, com abrangência em todos os municípios do Amazonas.					
Coordenação: SEBRAE		Início: 2008		Término: 2010	
Execução: SEBRAE					
Viabilização financeira: R\$ 150.000,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	SEBRAE	150.000,00	100	150.000,00	100
Estaduais					
Federais / GTP APL					
TOTAL R\$		150.000,00	100		
Ação relacionada ao resultado n°: R1 – Aumento da produtividade.					
A1.1 – Investimento em projetos de pesquisa para o desenvolvimento do APL;					
A1.3 – Capacitar a mão-de-obra envolvida no processo.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Governança e Cooperação.					

VII) EXPANSÃO DAS AÇÕES DE ORIENTAÇÃO EMPRESARIAL.					
Descrição: Delinear estratégia de ação em prol do crescimento econômico, com abrangência em todos os municípios do Amazonas.					
Coordenação: SEBRAE		Início: 2008		Término: 2010	
Execução: SEBRAE					
Viabilização financeira: R\$ 250.000,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	SEBRAE	200.000,00			
Estaduais		50.000,00			
Federais / GTP APL					
TOTAL R\$		250.000,00	100		
Ação relacionada ao resultado n°: R3 – Infraestrutura adequada e mão-de-obra qualificada.					
A3.2 – Promover cursos de capacitação da mão-de-obra, realizados por especialistas e técnicos em processos e produtos para agregação de valor aos produtos.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Formação e Capacitação.					

VIII) IMPLANTAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITOS.					
Descrição: Delinear estratégia de ação em prol do crescimento econômico, com abrangência em todos os municípios do Amazonas.					
Coordenação: SEBRAE		Início: 2008		Término: 2010	
Execução: SEBRAE					
Viabilização financeira: R\$ 40.000,00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	SEBRAE	40.000,00	100	40.000,00	100
Estaduais					
Federais / GTP APL					
TOTAL R\$		40.000,00	100		
Ação relacionada ao resultado n°: R2 – Difusão do associativismo e cooperativismo. A2.1 – Identificar a concentração de empreendimentos nos municípios trabalhados; A2.2 – Reunir os empreendimentos para a constituição de cooperativas.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Governança e Cooperação.					

IX) ESTUDO DIAGNÓSTICO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DO ESTADO DO AMAZONAS.					
Descrição: Atualização de informações sobre os APLs do Estado					
Coordenação: Aguiar Vasconcelos Simões – NGTC		Início: nov/2006		Término: maio/2008	
Execução: Núcleo de Gestão Tecnológica Compartilhada - NGTC SECT/AM					
Viabilização financeira: R\$ 18.408,35					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	FEPI, SEMED	-	-	-	
Estaduais	SECT, FAPEAM, UEA	18.408,35	100	18.408,35	100
Federais / GTP APL	UFAM, EAFM	-			
TOTAL R\$		18.408,35			
Ação relacionada ao resultado n°: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Governança e Cooperação.					

X) REALIZAÇÃO DO I SEMINÁRIO ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.					
Descrição: integração dos atores locais envolvidos com APL's e divulgação do conhecimento obtido através dos estudos, pesquisas e diagnósticos pertinentes ao assunto.					
Coordenação: Núcleo de Gestão Tecnológica Compartilhada – NGTC		Início: 20/09/06		Término: 21/09/06	
Execução: SECT/AM					
Viabilização financeira: R\$ 52.086,88					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	UEA, FUCAPI	-	-	-	
Estaduais	FAPEAM, SECT, SEPROR	52.086,88	100	-	100
Federais / GTP APL	SUFRAMA, INPA, EMBRAPA	-			
TOTAL R\$		52.086,88			100
Ação relacionada ao resultado n°: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Formação e Capacitação.					

8. AÇÕES PREVISTAS

8.1 PRIORITÁRIAS

I) PROJETO FLORESTA VIVA II					
Descrição: Promoção do manejo florestal sustentável em pequena escala: difusão técnica, aprimoramento das políticas públicas para o setor e fortalecimento da cadeia produtiva de móveis em 6 municípios.					
Coordenação: - ADS e Grupo de Pesquisa e Intercâmbios Tecnológicos (GRET)		Início: 2009		Término: 2012	
Execução: SDS, GRET, ADS/AM, IPAAM, ITEAM.					
Viabilização financeira:					
Parceiros		Previsto \$	%	TOTAL \$	%
Locais/ Estaduais	FUCAPI; EAFM; ADS; SEAFE / SDS; IPAAM / SDS; ITEAM; FDB.				
Federais / GTP APL	GTP APL				
TOTAL R\$			100		
Ação relacionada ao resultado n°: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado.					
A1.2 – Investir em projetos de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de madeira e produção de móveis e artefatos com definição do padrão ideal (tamanho, cortes, etc).					
A1.3 – Capacitar a mão-de-obra envolvida no processo de manejo, beneficiamento, produção, embalagem e armazenagem, para agregação de valor aos produtos e qualificação dos serviços.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Acesso aos mercados interno e externo					

II) BENEFICIAMENTO DE MADEIRA.					
Descrição: Estabelecer uma planta industrial de beneficiamento de madeira, como alternativa de desenvolvimento sustentável em bases econômica, política e ecologicamente sustentáveis, fortalecendo com suporte tecnológico os produtores e empresários do setor de madeira-móveis do Alto Solimões, a partir de um modelo que possa servir de referência no desempenho econômico local.					
Coordenação: SEPLAN/AM		Início: 2009		Término: 2010	
Execução: Cooperativa de Produção Florestal do Alto Solimões – COOPFAS					
Viabilização financeira:					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais					
Estadual	SEPLAN				
Federais / GTP APL	GTP APL				
TOTAL R\$					
Ação relacionada ao resultado nº: R3 - Infra-estrutura de industrialização adequada e qualificação profissional.					
A3.3 – Investimentos em infra-estrutura e buscar utilização de incentivos existentes.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Governança e Cooperação.					

8.2. COMUNS AOS DEMAIS APL'S DO AMAZONAS

I) SISTEMA DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS DO NÚCLEO ESTADUAL DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DO AMAZONAS – NEAPL/AM.					
Descrição: Esta ferramenta tem por objetivo, cadastrar as Sociedades Empresárias que compõem os APL's selecionados pelo NEAPL, unificando as informações em âmbito Estadual e visando gerar informações que subsidiarão a definição de políticas públicas e o planejamento de ações de fomento os setores.					
Coordenação: SEPLAN/NEAPL/DDR		Início: 2009		Término: 2010	
Execução: NEAPL/AM					
Viabilização financeira:					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais					
Estaduais	SEPLAN, PRODAM				
Federais / GTP APL	GTP APL				
TOTAL R\$					
Ação relacionada ao resultado nº: R3 - Infra-estrutura de beneficiamento adequada e mão-de-obra qualificada.					
A3.2 – Realizar cursos de capacitação da mão-de-obra realizada por especialistas e técnicos em processos de beneficiamento, armazenagem e embalagem, para agregação de valor aos produtos..					
tem que melhor se relaciona com esta ação: Governança e Cooperação.					

II) REALIZAÇÃO DO II SEMINÁRIO ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.					
Descrição: Integração dos atores locais envolvidos com APL's e divulgação do conhecimento obtido através dos estudos, pesquisas e diagnósticos pertinentes ao assunto.					
Coordenação: SECT/AM e NEAPL/ AM		Início: 2009		Término: 2009	
Execução: SECT/AM					
Viabilização financeira:					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais					
Estaduais	FAPEAM				
Federais / GTP APL	GTP APL				
TOTAL R\$			100		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Formação e Capacitação.					

8.3 DEMAIS AÇÕES

I) PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA CADEIA PRODUTIVA DE MADEIRA E MÓVEIS DA REGIÃO AMAZÔNICA.					
Descrição: Caracteriza-se na aplicação de 300 atendimentos (150 no Amazonas e 150 no Pará). Este é um empreendimento para se fazer 300 atendimentos (150 no Amazonas e 150 no Pará), inclui ainda o projeto em São Sebastião do Uatumã (Pólo Naval).					
Coordenação: SEBRAE, BID e Administração Regione Marche (Itália).		Início: Janeiro/2008		Término: dezembro/2012	
Execução: SEBRAE, BID e Administração Regione Marche (Itália)					
Viabilização financeira: US\$ 5.100.000					
Parceiros		Previsto US\$	%	TOTAL US\$	%
Locais	SEBRAE/BID/ Marche	2.550.000	50	2.550.000	50
Estaduais	Governo do Amazonas	2.550.000	50	2.550.000	50
Federais / GTP APL	-	-	-	-	-
TOTAL US\$		5.100.000	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado.					
A1.4 - Otimizar o processo produtivo visando a redução do tempo de fabricação do produto.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Governança e Cooperação					

II) PROJETO ESTRUTURANTE DA REGIÃO AMAZÔNICA DE MADEIRA E MÓVEIS – AMAZONAS.					
Descrição: Apresenta diversas ações que devem se complementar com os outros projetos em andamento na região. Um dos seus objetivos específicos é o desenvolvimento de uma linha de produtos de alto valor agregado.					
Coordenação: SEBRAE/AM		Início: 2007		Término: 2010	
Execução: SEBRAE/AM, BID e Administração Regione Marche (Itália)					
Viabilização financeira: R\$ 401.120 (de um total de R\$ 3.696.776 para a região)					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	SEBRAE/BID/ Marche	401.120	100	401.120	100
Estaduais	-	-	-	-	-
Federais / GTP APL	-	-	-	-	-
TOTAL US\$		401.120	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R3 - Infra-estrutura de industrialização adequada e qualificação profissional.					
A3.3 – Investimentos em infra-estrutura e buscar utilização de incentivos existentes para investimento no setor.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Governança e Cooperação.					

III) DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL – DRS.					
Descrição: Trata-se de um Protocolo de intenções assinado entre o Banco do Brasil e o Governo do Amazonas, que tem por objetivo a convergência de esforços entre os parceiros, com vistas à disseminação e à implementação de ações que promovam o desenvolvimento regional sustentável.					
Coordenação: Banco do Brasil		Início: janeiro/2008		Término: dezembro/2013	
Execução: Banco do Brasil					
Viabilização financeira: R\$ 2.576.140					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	Governo do Amazonas	-	0	-	0
Estaduais	-	-	0	-	0
Federais / GTP APL	Banco do Brasil	2.576.140	100	2.576.140	100
TOTAL R\$		2.576.140	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado.					
A1.4 - Otimizar o processo produtivo visando a redução do tempo de fabricação do produto.					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Governança e Cooperação					

IV) PROJETO GEOR MADEIRA E MÓVEIS DO AMAZONAS.					
Descrição: Tem como objetivo aumentar a competitividade das empresas em Manaus, Manacapuru e Presidente Figueiredo, promovendo o uso da madeira manejada.					
Coordenação: SEBRAE/AM, SENAI, SUFRAMA, CETAM, EMBRAPA		Início: setembro/2007		Término: dezembro/2009	
Execução: SEBRAE/AM, SENAI, SUFRAMA, CETAM, EMBRAPA					
Viabilização financeira: R\$ 1.500.000					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	SEBRAE/AM, SENAI, SUFRAMA, CETAM, EMBRAPA.	1.500.000	100	1.500.000	100
Estaduais	-	-	-	-	-
Federais / GTP APL	-	-	-	-	-
TOTAL R\$		1.500.000	100,0		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado.					
A1.2 – Investir em projetos de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de madeira e produção de móveis e artefatos com definição do padrão ideal (tamanho, cortes, etc).					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Formação e Capacitação.					

V) FORMAÇÃO DE BASE SILVICULTURAL PARA EXPANSÃO DE PLANTIOS FLORESTAIS NECESSÁRIOS À MATRIZ DE AGROENERGIA BRASILEIRA (PROJETO EM REDE NACIONAL).					
Descrição:					
Coordenação: EMBRAPA		Início: 2008		Término: 2009	
Execução: EMBRAPA					
Viabilização financeira: R\$ 10.000.00					
Parceiros		Previsto R\$	%	TOTAL R\$	%
Locais	-	-	-	-	
Estaduais	-	-	-	-	
Federais / GTP APL	Tesouro (Macroprograma Embrapa)	10.000,00	100	10.000,00	100
TOTAL R\$		10.000,00	100		
Ação relacionada ao resultado nº: R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado.					
A1.2 – Investir em projetos de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento de madeira e produção de móveis e artefatos com definição do padrão ideal (tamanho, cortes, etc).					
Item que melhor se relaciona com esta ação: Tecnologia e Inovação.					

Além desses, estão previstos os seguintes projetos, que possuem interface com o APL e se encontram em processo de levantamento dos dados:

- 1 – IDAM: Promeso 1; Promeso 2; Promeso 3; IDAM: APL;
- 2 – Projeto Pólo Moveleiro em Tabatinga/SUFRAMA e SEBRAE;
- 3 – Projeto Pólo Moveleiro em Carauari/ SUFRAMA e SEBRAE;

4 – Projeto Pólo Moveleiro em Maués/SUFRAMA.

9. GESTÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO

A metodologia proposta prevê atividades de processamento industrial, transferência de tecnologia, entre outros. O desenvolvimento implicará num processo de transformação social, econômico e cultural, em que os beneficiários irão tornar-se sujeitos dinâmicos no processo. Esta transformação deverá ser obtida pelo conhecimento destes sobre a sua realidade e pela sua inserção em formas inovadoras de organização que favorecerão a participação no sentido de obter níveis de vida condizentes com as exigências da sua natureza.

A participação dos micro e pequenos empreendimentos significam o rompimento das relações de dependência para recuperar a capacidade em transformar suas realidades, compartilhando-se o poder e estabelecendo-se parcerias (Ingles *et al.*, 1999). Para tanto, os diferentes atores sociais envolvidos no processo interagem e dialogam em encontros de interface (Long, 1989). As relações entre os agentes serão processadas mediante um caráter de dialogicidade, onde os conhecimentos e experiências dos elementos contidos no processo deverão ser considerados a partir do respeito e esforço de compreensão dos valores dados e existentes na cultura popular enquanto referência das ações.

Para tal, deverá ocorrer a compreensão dos mecanismos geradores dos problemas para superar as causas reais dos mesmos (consciência crítica) e não somente a identificação dos problemas e carências no sentido de propor soluções locais e viáveis (consciência programa). Desta maneira, a participação é um processo que envolve a conscientização para criar canais de articulação dos problemas locais com as condições estruturais, além das ações imediatas para melhoria das condições locais.

Como estratégia metodológica da intervenção, optou-se pela abordagem sistêmica devido à existência de interdependências entre os componentes que participam do segmento. A base conceitual da abordagem sistêmica a ser utilizada (Morin, 1998) tem em seu conteúdo fundamental os conceitos de sistema, interações e organização do sistema.

Desta forma, com esta aliança, envolvendo as instituições parceiras, espera-se consolidar e disseminar o arranjo produtivo, de modo técnico, com a adoção de metodologias adequadas, para atendimento do mercado demandante regional, nacional e internacional, culminando com o resgate, através da inserção sócio-econômica, da dignidade do empreendedor. Assim, este plano representa um compromisso firmado entre os parceiros locais que culmine com o desenvolvimento sustentável do APL em referência.

"Todos têm direito ao meio ambiente, ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"

(C.F. cap.6, art.225)

10. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Uma articulação estreita entre os protagonistas foi o critério utilizado para estabelecer as parcerias, focalizando como primordial para o sucesso do plano, distribuir as atividades entre as instituições com maior experiência na área enfocada. Desta forma, será feito um acompanhamento integral e continuado de cada ação quanto à gestão de seus recursos, de seus cronogramas, e da manutenção das informações atualizadas. Ainda, deverá ocorrer o envolvimento direto dos beneficiários da atividade em todas as fases do plano, transferindo desta forma aos participantes todas as informações necessárias à condução da atividade, formando, desse modo, agentes multiplicadores.

Assim, todas as instituições envolvidas deverão acompanhar as ações de natureza geral, como, o acompanhamento das criações, a formação de recursos humanos, a transferência de tecnologia, entre outros. Deverá ser dada prioridade ao acompanhamento de todos os aspectos relacionados com o APL, envolvendo a produção a partir das espécies manejadas para o beneficiamento, industrialização e comercialização. Desta ação deverão decorrer todas as demais relativas ao controle e avaliação sistemática, com vista à correção das distorções.

Portanto, o acompanhamento da execução deste plano exigirá o apoio de todos os envolvidos, proporcionando as inversões físicas e humanas, aliadas da classe empresarial/empreendedores, que, com recursos reembolsáveis ou não, poderá destinar investimentos para a melhoria do segmento. O acompanhamento e a avaliação serão conduzidos por intermédio dos seguintes meios de verificação:

R1 – Aumento da produção e produtividade, visando ampliar o mercado, com produto padronizado e certificado.

A1.1 – Institutos de pesquisa - tecnologia disponível;

A1.2 – Pesquisa de mercado;

A1.3 – Número de certificados expedidos;

A1.4 – Indicadores oficiais (SUFRAMA, IBGE, etc).

R2 - Difusão do associativismo e cooperativismo de pequenos produtores.

- A2.1 – Pesquisa do IDAM e IBAMA;
- A2.2 – Tabulação de questionários e registro em cartório;
- A2.3 – Lista de participantes nos fóruns;
- A2.4 – Levantamento junto aos parceiros do APL.

R3 - Infra-estrutura de industrialização adequada e qualificação profissional.

- A3.1 – Sistema de currículo Lattes (CNPQ) ou similar;
- A3.2 – Certificados expedidos;
- A3.3 – Levantamento de empresas certificadas (APPCC);
- A3.4 – Levantamento no mercado financeiro – Bancos oficiais e privados .

R4- Sistema logístico adequado.

- A4.1 – Secretaria Especial da Aqüicultura e Pesca – SEAP/SEPROR;
- A4.2 – MRE/MDIC;
- A4.3 – Administração de Portos/DNER;
- A4.4 – SISCOMEX/Receita Federal.

R5 - Legalizações e Licenças.

- A5.1 – IPAAM;
- A5.2 – SDS;
- A5.3 – FIEAM.

Ao lado deste plano, sumariamente descrito, seria oportuno dispor de um plano de viabilidade para a criação de um organismo de certificação de produto no Estado do Amazonas, que opere em conformidade com a Guia ISO/IEC 65/1996. Tendo experiências acumuladas, os parceiros deste plano poderiam fornecer a consultoria para projetos específicos e assistência até o star-up operacional do organismo. Caso exista, formular o pedido de credenciamento do novo organismo à Organização Brasileira de Credenciamento.

REFERÊNCIAS

BUARQUE, Sérgio C.. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal *sustentável*. Brasília. 1999.

BECKER, H. S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1993.

BNDES – Banco de Desenvolvimento Econômico e Social. **Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Área de Planejamento e Departamento de Produtos – DEPRO, 2004.

BOISIER, S. Sociedad del conocimiento, conocimiento social y gestión territorial. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local – Interações**, Universidade Católica Dom Bosco/MS.

CASSIOLATO, J. E., LASTRES, H. M. M. e SZAPIRO, M. **Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e Proposições de Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico**. Rio de Janeiro, REDESIST (www.ie.ufrj.br/redesist), Bloco 3, Nota Técnica 27, Dezembro de 2000.

COSTA, M. L. As Pequenas e Médias Empresas no Desenvolvimento Local: Conceitos e Experiências. GUIMARÃES, N. A. e MARTIN, S. (org.), **Competitividade e Desenvolvimento: Atores e Instituições Locais**. São Paulo, Ed. SENAC/SP, 2001.

Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM/Assessoria das Coordenadorias Técnicas (Arquivo). Manaus.

Governo do Estado do Amazonas - SDS/IPAAM e SEDUC. Relatório Síntese da Pré-Conferência Estadual de Meio Ambiente. Manaus, nov/2003.

Governo do Amazonas - SDS/SEAE. “Diagnóstico Preliminar para Subsidiar o Estabelecimento de Medidas Compensatórias do Gasoduto no Trecho Coari-Manaus”. Manaus, mar/2004.

Governo do Amazonas - SDS. “Pronunciamentos de abertura e Resultados dos Grupos de Trabalho sobre Cadeias Produtivas de Produtos Extrativos”. Volume I. Manaus, nov/2004.

História de Boa Vista do Ramos, Eirunepé e Tabatinga. Disponível em: <<http://www.aam.org.br/aam/municipio/historia>> acesso em: 26. ago. 2008.

História do Município de Maués. Disponível em: <<http://www.aam.org.br/aam/municipio/historia.asp?IdMun=100113012>>. Acesso em: 03. set. 2008.

História de Tabatinga. Disponível em: <http://www.portaltabatinga.com.br/historiatbt.htm> acesso em: 02. set. 2008.

IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção Extrativa Vegetal (ano 1990 a 2002).

Imazon-Instituto do Homem de Meio Ambiente da Amazônia. “Fatos Florestais da Amazônia 2003”. Belém, 2003.

MESSNER, D. Dimensiones espaciales de la Competitividad Internacional. **Revista Latino-Americana de Estudios del Trabajo**, ano 2, n. 3, pp. 13-40, 1996.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. Governo do Estado do Amazonas. “Potencialidades do Estado do Amazonas”. Manaus, dez/2001.

Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Coordenação da Amazônia. “Causas e Dinâmica do Desmatamento”. Brasília, 2001.

Secretaria Executiva Adjunta de Extrativismo/SDS. “Oficina sobre a cadeia produtiva de produtos extrativos (Manaus, 03 de agosto de 2004)”.

ANEXOS

MUNICÍPIO DE ITACOATIARA



Este município está localizado a leste do Estado, na margem esquerda do rio Amazonas, a 266km de Manaus pela Rodovia Am-010. O nome de Itacoatiara é um vocábulo procedente do Tupi ou nheengatu, língua indígena que, segundo Octaviano Mello, dá origem a *Ita* = pedra, mais *Coatiara* = gravado, escrito, esculpido, pintada (Coatiara); Itacoatiara = Pedra Pintada.

O município, que está a 18 metros acima do nível do mar, apresenta um relevo com pequena elevação do terreno (formação rochosa) e o clima comum ao estado, equatorial quente e úmido, com máxima de 40°C e mínima de 23°C, o que determina uma média de 27,1°C.

O município possui um vasto calendário festivo: carnaval, aniversário da cidade, festivais de música (FECANI e FESTIM), Festival Folclórico, Exposição Agropecuária do Médio Amazonas, Festa de São Pedro e a Festa de Nossa Senhora do Rosário.

A economia do município apresenta as seguintes atividades:

Pecuária - criação de bovinos e suínos é bastante significativa.

Agricultura - culturas temporárias; mandioca, feijão, milho, cana-de-açúcar, juta e malva. Culturas permanentes; cacau, café, coco, laranja, guaraná, mamão e limão. A Prefeitura em parceria com a EMBRAPA e IDAM, entregou e acompanhou com desenvolvimento técnico a iniciativa privada, o total de 10 (dez) milhões de mudas de pupunhas variadas, para serem plantadas e dar sustentação na ampliação da produção de palmitos. Foram distribuídas também, gratuitamente, 100 mil mudas de cupuaçu e 20 mil mudas de cacau, a fim de proporcionar mais três opções para a agricultura.

Numa parceria entre o Governo do Estado, Grupo Hermasa e Prefeitura de Itacoatiara, foi plantado em caráter experimental 20 hectares de feijão de cinco variedades, entre os quais, o caupi (feijão de praia) e o faizelo (feijão do sul), além de 40 hectares de arroz caipó.

Avicultura – Conta com um bom plantel de galinhas, patos, perus, codornas, marrecos, que gera produção de carne para consumo local e fornecimento para outros municípios.

Pesca – Destaca-se como entreposto de pesca, tanto para consumo local, como para exportação. Peixes: tambaqui, tucunaré, sardinha, jaraqui, curimatã, pacu...

Extrativismo Vegetal – concentra-se principalmente na borracha, gomas não elásticas, madeira, essência de pau – rosa, óleo de copaíba, castanha, cumarú e cipó – titica.

Indústria – Terminal Graneleiro, produção de minerais não-metálicos, madeireira, mobiliário, produtos alimentares, material de transporte, material elétrico e de comunicação, borracha, química, perfumaria, sabões e velas, têxtil, vestuário, calçados, bebidas, serviços de construção, editorial e gráfica.

Setor terciário – hotéis, restaurantes, comércio atacadista e varejista, bancos, turismo, serviços de utilidade pública.

O município possui um porto movimentado, que faz parte do corredor de transporte da Amazônia, servindo de escoamento da soja e seus derivados.

Área		8.892	Km ²	
Distância/Manaus	Fluvial:	201	Km	(IBGE)
	Aérea:	175	Km	(IBGE)
População	Urbana:	46.465	hab.	(IBGE/2000)
	Rural:	25.640	hab.	(IBGE/2000)
2000	Total:	72.105	hab.	(IBGE/2000)
População estimada em 2004		78.425	hab.	(IBGE/2004)
Densidade demográfica		8,11	Hab/km ²	(IBGE/2000)
Taxa de crescimento		2,45		(IBGE/2000)
IDH		0,711		(IBGE/2000)
Classificação IDH		2.787		(IBGE/2000)
Educação Básica	Urbana	21.604	alunos	(SEDUC/2003)
	Rural	8.516	alunos	(SEDUC/2003)
Número total de escolas		163		(SEDUC/2003)
Ensino Superior		1.043	alunos	(UEA/UFAM/2002)
Eleitores		49.954		(TRE/2004)
Número de leitos – total		106		(SIH-SUS/2002)
Número de Empresas		1.494		Junta Comercial /AM – 2004
Produto Interno Bruto – PIB		198,55	R\$milh.	(IBGE/2002)
PIB per capita		2.632,37	R\$ 1,00	(IBGE/2002)
Principais produtos	Mandioca, laranja, abacaxi, arroz, milho, pescado, bovinos, suínos, ovinos, aves e ovos de galinha			

Programas Institucionais	Banco do Brasil (DRS), Ministério das Cidades (PMSS)		
Número de domicílios:	9.287	Dom	(Levantamento de campo/2003)
Cobertura – Água	SAAE - Serviço Autônomo de Águas e Esgotos		
Volume Produzido	363	L/s	(Levantamento de campo/2003)
Tratamento	363	L/s	(Levantamento de campo/2003)
Volume de reservação	1435	m ³	(Levantamento de campo/2003)
Nº de ligações	10.905	Unid.	(Levantamento de campo/2003)
Déficit Urbano	15,01	%	(IBGE/2000)
Sistema de esgoto	não há		(Levantamento de campo/2003)

MUNICÍPIO DE MANACAPURU



Com uma área de 7.062 Km² e localizado à margem esquerda do Solimões, a apenas 80km de Manaus, é considerado o centro da sub-região do Rio Negro/Solimões. A sede do município é pequena, porém dotada de uma significativa infra-estrutura, cercada por paisagem, onde se encontram lagos, rios e fazendas.

Manacapuru é uma palavra de origem indígena, formada pelas expressões Manacá (planta brasileira da família das *dicotiledôneas gamopítalas*, que em tupi significa Flor e Puru = matizado, ou seja, Flor Matizada.

Sua economia baseia-se na pecuária de corte e na agricultura, com produção de mandioca, maracujá, milho, melancia, cupuaçu, feijão e hortaliças, aproveitando as terras da várzea e terras mais altas:

Pecuária: criação de bovinos, suínos, eqüinos.

Agricultura: culturas temporárias; mandioca, malva, arroz, milho, cana-de-açúcar, feijão, batata-doce, juta. culturas permanentes; abacaxi, abacate, banana, manga, laranja, limão.

Avicultura: restrita ao criatório de galinhas, patos e perus, para consumo familiar, sem representatividade econômica.

Pesca: Artesanal, com órgão representativo da classe a Colônia de Pesca Z-9. Peixes: tambaqui, jaraqui, tucunaré, dourado, etc. A produção destina-se ao consumo local e a capital do Estado.

Piscicultura: existem vários viveiros de peixes, com grande quantidade de alevinos.

Extrativismo Vegetal: concentra-se principalmente na borracha, madeira, gomas não elásticas, castanha, óleo de copaíba.

Indústrias: extração de minerais, produção de minerais não metálicos, metalurgia, material elétrico e de comunicação, material de transporte, madeireira, mobiliário, borracha, perfumaria, sabões e velas, têxtil, produtos alimentares, editorial e gráfica, serviços de utilidade pública (energia).

Setor Terciário: Hotéis, restaurantes, comércios atacadistas e varejistas, bancos, prestação de serviço, turismo.

O município realiza a Festa de São Pedro do Miriti, Festa de Santo Antônio, Festival da Ciranda, o aniversário (16/07) e o carnaval de rua.

Área		7.329,2	Km ²	(IBGE)
Distância/Manaus	Fluvial:	88	Km	(IBGE)
	Aérea:	70	Km	(IBGE)
	Terrestre	84,00	Km	(IBGE)
População	Urbana:	47.662	hab.	(IBGE/2000)
	Rural:	26.033	hab.	(IBGE/2000)
	2000 Total:	73.695	hab.	(IBGE/2000)
População estimada em 2004		81.518	hab.	(IBGE/2004)
Densidade demográfica		10,05	Hab/km ²	(IBGE/2000)
Taxa de crescimento		3,16		(IBGE/2000)
IDH		0,663		(IBGE/2000)
Classificação IDH		3.555		(IBGE/2000)
Educação Básica	Urbana	20.402	Alunos	(SEDUC/2003)
	Rural	9.231	Alunos	(SEDUC/2003)
Número total de escolas		191		(SEDUC/2003)
Ensino Superior		937	Alunos	(UEA/UFAM/2002)
Eleitores		45.443		(TRE/2004)
Número de leitos – total		54		(SIH-SUS/2002)
Número de Empresas		1.077		Junta Comercial /AM – 2005
Produto Interno Bruto – PIB		187,70	R\$milh.	(IBGE/2002)
PIB per capita		2.412,34	R\$ 1,00	(IBGE/2002)
Principais produtos		Mandioca, malva, juta, milho, pescado, bovino, suíno, ovinos, aves e ovos de galinha		

Programas Institucionais	SEBRAE-AM (DLIS), Banco do Brasil (DRS), Ministério das Cidades (PMSS)		
Número de domicílios:	8.835	Dom	(Levantamento de campo/2003)
Cobertura – Água	COSAMA		
Volume Produzido	150	L/s	(Levantamento de campo/2003)
Tratamento	150	L/s	(Levantamento de campo/2003)
Volume de reservação	1.390	m ³	(Levantamento de campo/2003)
Nº de ligações	3.191	Unid.	SAAE
Déficit Urbano	28,00	%	(IBGE/2000)
Sistema de esgoto	não há		(Levantamento de campo/2003)

MUNICÍPIO DE MANAUS



Localizado próximo ao Encontro das Águas, na margem esquerda do Rio Negro, é a sede do Estado, numa área de 11.401,1 km². Seus limites são:

Norte: Município de Presidente Figueiredo	Sul: Município de Iranduba e Careiro
Leste: Município de Itacoatiara e Rio Preto da Eva	Oeste: Município de Novo Airão

Apresenta um clima equatorial quente e úmido, com temperaturas elevadas (mínima 18°C e máxima 38°C) na maior parte do ano, só aliviadas pelos altos índices pluviométricos (superior a 2.000) no inverno local (novembro a abril). O verão ou período de estiagem vai de maio a outubro. Em janeiro de 1995, por exemplo, choveu o equivalente a 530 mm. Estas são as duas estações do ano que, embora tenham suas características próprias, não costumam se definir com precisão sua ocorrência, já que chove e faz calor o ano todo.

A topografia é marcada por terras planas com pequenas ondulações, que separam as porções de terras firmes, onde aparecem algumas vezes elevados barrancos.

Sua historia oficial tem início em 24 de outubro de 1848, quando, pela lei nº 145, da Assembléia Provincial do Pará, recebeu o título de cidade da Barra do Rio Negro. Seis anos depois da elevação do território amazonense à categoria de Província do Pará (5 de setembro

de 1850), seu nome foi alterado definitivamente para Manaus (4 de setembro de 1856). A partir daí, a sua história estará ligada à expansão dos períodos econômicos que viveu, como o ciclo da borracha e da Zona Franca de Manaus (ZFM).

No primeiro período, sua infra-estrutura foi marcada pela arquitetura importada da Europa, que desenhou e construiu prédios imponentes, como o da Alfândega, o Palácio da Justiça, o Mercado Municipal, o Reservatório D'água (estrutura de ferro de Glasgow), os sobrados portugueses, entre outros. Ganhou também um porto flutuante e diversas pontes construídas pela engenharia inglesa. Logo a chamaram de cidade risonha, pelos seus traçados e vistosos edifícios, em avenidas e de viajantes, turistas, poetas, boêmios, etc, que se deslumbravam com o seu progresso.

No segundo período, marcado pela criação da ZFM, ocorreu a construção de novos e belos edifícios, acompanhando o crescimento comercial, industrial e turístico da cidade. Apesar de muito distante do litoral, no coração da Amazônia, somou uma infra-estrutura que passou a ser servida pela iniciativa pública e particular (luz, telefone, ônibus, aviação, restaurantes, hotéis, etc.).

Hoje, Manaus continua se transformando com as novas construções, reformas e implantação de novas opções de turismo, diversão e lazer, com shoppings centers, viadutos, centro de convenções, praças, supermercados, casas de shows, diversos museus, o zoológico do CIG`S, a praia da Ponta Negra, etc.

Sua economia baseia-se no setor secundário (indústrias), seguido do setor terciário (comércio e turismo) e menos expressivo o setor primário (extrativismo vegetal, pesca, pecuária de corte e leiteira, piscicultura, agricultura de produtos hortifrutigranjeiros).

Área		11.401,1	Km ²	(IBGE/2000)
População	Urbana:	1.396.768	hab.	(IBGE/2000)
	Rural:	9.067	hab.	(IBGE/2000)
	Total:	1.405.835	hab.	(IBGE/2000)
2000				
População estimada em 2004		1.592.555	hab.	(IBGE/2004)
Densidade demográfica		123,31	hab/km ²	(IBGE/2000)
Taxa de crescimento				
IDH		0,774		(IBGE/2000)
Classificação IDH		1.194		(IBGE/2000)
Educação Básica	Urbana	548.040	alunos	(SEDUC/2003)
	Rural	8.424	alunos	(SEDUC/2003)
Número total de escolas		680		(SEDUC/2003)
Ensino Superior		7.398	Alunos	(UEA/UFAM/2002)
Eleitores		908.450		(TRE/2004)
Número de leitos – total		2.694		(SIH-SUS/2002)

Número de Empresas	42.798		Junta Comercial /AM - 2004
Produto Interno Bruto - PIB	18.402,91	R\$milh.	(IBGE/2002)
PIB per capita	12.235,95	R\$ 1,00	(IBGE/2002)
Principais produtos	Motocicleta, telefone celular, tv em cores, aparelhos de som, monitores de vídeo, dvd player, mandioca, laranja, dendê, banana, pescado, bovinos, suínos e aves.		
Programas Institucionais	SEBRAE-AM (DLIS), Banco do Brasil (DRS), Ministério das Cidades (PMSS)		
Número de domicílios:		Dom	
Cobertura – Água	Águas do Amazonas		
Volume Produzido	240.648.000	m ³	Águas do Amazonas / 2001
Tratamento			
Estação de tratamento de água 1	9.327.204	m ³ /mês	Águas do Amazonas / 2001
Estação de tratamento de água 2	9.235.732	m ³ /mês	
Estação de tratamento do Mauzinho	724.580	m ³ /mês	
Volume de reservação	114.732	m ³	Águas do Amazonas / 2001
Nº de ligações	234.042	Unid.	Águas do Amazonas / 2001
Poços	117		Águas do Amazonas / 2001
Metros de rede	2.200	km	Águas do Amazonas / 2001

MUNICÍPIO DE MAUÉS

O nome provém do rio que banha o município e a cuja margem fica a cidade. Ao rio, por sua vez emprestou o nome a famosa tribo dos Maués, primitivos habitantes da região.

Com uma área de 39.675 Km quadrado e distante de Manaus a 356 km a leste, por via fluvial, este município tornou-se conhecido pela exuberância de suas praias extensas e alvas e especialmente por ter se tornado o centro nacional da produção de guaraná, maior fonte de renda do município. Produz também melancia, mandioca, arroz, batata doce, feijão, milho, frutas tropicas, entre outras culturas.

No extrativismo destacam-se a essência de pau-rosa, a borracha, castanha, cumaru, copaíba e madeira, os quais exporta pelo seu porto, mantendo um comércio com os municípios limítrofes de Barreirinha, Itacoatiara e Parintins, no Amazonas, Itaituba e Juruti, no Pará, além de negócios com Manaus e cidades no Sudeste do país (São Paulo e Rio de Janeiro).

O povoamento de Mundurucânia, região compreendida entre os rios Madeira e Amazonas, iniciou-se na segunda metade do século XVIII. Os índios Mundurucus, habitantes primitivos da região, constituíram então sério obstáculo ao desenvolvimento da população civilizada. Eram índole belicosa e tinham costumes bárbaros. Inimigos irreconciliáveis dos também terríveis índios Muras. O povoamento de Luséa foi fundado em 1798, os índios,

todavia, chamavam-na “Uacituba”. A povoação em 1832 foi “teatro de barbaridades praticadas pelos índios Maués que em seu furor assassinaram diversos indivíduos”. Os índios dirigidos pelo tuchaua Manoel Marques, convencidos de que planejavam escravizá-los, mataram o destacamento local composto de trinta(30) soldados e os moradores brancos que lhe caíram às mãos. Em 1833, por força do Ato de 25 de junho daquele ano, a povoação de Luséa foi elevada à categoria de vila. Data conseqüentemente daí a criação do município e do termo judiciário. Por ocasião da cabanagem, a vila de Luséa foi cenário de sangrentas lutas entre as forças compostas pelos “Cabanos” de um lado e “Legalistas” de outro. Em 1835, os Cabanos dominavam o Baixo Amazonas, tendo Icuipiranga como uma espécie de centro de operações. Investiram sobre Luséa e Serpa (atual Itacoatiara), vencendo-as sem resistência. De Lusés fizeram então o seu principal reduto onde se mantiveram entrincheirados, resistindo a vários ataques. Daí os escorraçou Ambrósio Aires, conhecido por “Bararó”, que já vinha se distinguindo pela sua bravura nos combates travados com os cabanos. Finalmente, com a decretação da anistia geral, os cabanos se renderam. Em Luséa, a 25 de março de 1840,, oitocentos e oitenta cabanos depuseram as armas. Ao criar-se a província do Amazonas, em 1850, era Luséa um dos quatro municípios então existentes. Os outros eram Manaus, Barcelos e Tefé. O de Parintins, embora já criado, ainda não havia sido instalado.

Do vasto território do município de Luséa desmembrou-se em 1853, o município de Vila Bela da Imperatriz (atual Parintins) criado pela lei n. 146, de 24 de outubro de 1848, da Província do Pará, confirmada pela Lei ou resolução n. 2, de 15 de outubro de 1852, da Província do Amazonas. Das vilas existentes na província em 1856, era, sem dúvida, Luséa das mais desenvolvidas. Pela Lei n. 151, de 11 de setembro de 1865, a sede do município de Luséa passou a denominar-se Vila da Conceição. O município e o termo judiciário conservaram a antiga denominação. Em 1892, o município e a respectiva sede passaram a denominar-se Maués, por força da lei n.35, de 4 de novembro do mesmo ano. Em 1955, o município de Maués perdeu parte do seu território para o município de Nova Olinda do Norte, criado pela lei estadual n. 96, de 19 de setembro daquele ano. Até 1957 o município era constituído de um só distrito.

O município de Maués possui somente 3 produtores de peixes em regime comercial utilizando o sistema de barragens, 6 famílias criando peixes em tanques-rede (projeto de 20 tanques-rede na comunidade São Raimundo de Maués Mirim) e 4 produtores na comunidade Marol praticam piscicultura extensiva (de subsistência).

As espécies de interesse para criação no município são o tambaqui e o matrinxã, cultivadas em uma lamina d’água de 2ha de área de barragens, 120 m³ de tanques-rede, que

possibilitaram uma produção de 1 tonelada (tambaqui curumim) em 2005 e o mesmo volume de estimativa para 2006.

Os produtores locais não estão associados mais possuem planos para organizar a classe. Recebem o apoio técnico do IDAM local, gerenciado pelo Sr. Raimundo Mendes Leal Filho (92-3542.1165). De acordo com o IDAM, no município existem muitos produtores que possuem área disponível e potencial para implementar o cultivo de peixes, porem o grande entrave é a falta de perspectiva de iniciar criação, por falta recurso e a oferta de alevino insuficiente. Observa-se também a falta assistência técnica especializada no município.

O governo do estado via SEPA/SEPROR, no sentido de estimular o setor, disponibilizou 100 tanques-rede para as famílias locais, porem ainda não foram instalados.

POPULAÇÃO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO – 1991 e 2000		
População	1991	2000
Urbana	16.658	21.179
Rural	13.841	18.857
Total	30.499	40.036

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH	ANOS	
	1991	2000
Educação	0,698	0,812
Longevidade	0,660	0,721
Renda	0,589	0,535
Municipal	0,649	0,689

DATAS FESTIVAS	DATA
Aniversário de Maués	24 e 25 junho
Festa do Divino Espírito Santo	31 de maio à 08. de junho
Festival Folclórico da Ilha de Vera Cruz	11 á 13 de jul
Festival de Verão de Maués	04 à 06 de junho
Festa do Guaraná (festeja a maior produção)	Novembro
Festa da Padroeira, Nossa Senhora da Conceição	08 de dezembro

MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT

O município de Benjamin Constant abriga atualmente 156 produtores aquícolas, desses, aproximadamente 40 possuem empreendimentos em condições de desenvolver o cultivo de peixes em escala comercial.

As principais espécies de peixes cultivadas são: tambaqui e matrinxã, cultivadas em viveiros de barragem e tanque escavado. A área de lamina d'água destinada ao cultivo de atual é de 140 ha, porém somente 40 ha está atualmente em produção.

A produção gerada em 2005 foi de 116 toneladas de tambaqui com peso médio de 2kg. Para 2006 a perspectiva de produção foi de 216 toneladas. Os peixes com peso médio de 2kg são direcionados para o mercado da cidade de Letícia (Colômbia) e o tambaqui com peso médio de 350g (denominado de tambaqui curumim) é direcionado para as indústrias de beneficiamento de pesca do município de Manacapuru (abastece as indústrias de refeições coletivas do distrito industrial).

Os produtores são organizados em sua Associação e Cooperativa de Piscicultores, presidida pelo Sr. José Martins da Rocha (contato via IDAM). Contam com a assistência técnica do IDAM, que conta hoje com dois engenheiros de pesca, onde a Sta. Andréa de Lima Ribeiro (097-3415.5343) responde pela Chefia.

Esses produtores já foram beneficiados com a distribuição de pós-larva e/ou alevino, que foram cedidos pela SEPROR, num total de 400.000 pós-larvas entre os anos de 2003 a 2005.

Como gargalos para o desenvolvimento da atividade no município se destacam: a necessidade de uma patrulha mecanizada para construção e manutenção de viveiros e o elevado custo da ração. A questão fomento também é um problema, todavia já existe registro

de que 16 produtores possuem financiamento, sendo que mais 14 projetos de produção de tambaqui curumim (240.000 peixes/safra) estão em tramite de aprovação.

Como ponto positivo, se destaca a implantação de uma Estação de Piscicultura no município, que vem produzindo alevinos de tambaqui desde 2005 para atender a demanda dos produtores da região.

Estruturas de apoio

Uma câmara frigorífica com capacidade para 20 toneladas em funcionamento do IDAM, Tombo IDAM 02088.

Um túnel de congelamento com capacidade para 2 toneladas/dia em atividade. Tombo IDAM 02084.

Uma fábrica de gelo em escama com capacidade para 6 toneladas/dia. Tombo IDAM 20077, funcionando.

Um silo de gelo com capacidade para 20 toneladas na ativa. Tombo IDAM 20092.

Existe uma Balsa da SUFRAMA, com 1 (um) túnel de congelamento para 3 toneladas/dia, 2 (duas) câmaras frigoríficas para 10 toneladas no total, com Grupo Gerador, anexa ao frigorífico foi construída uma unidade de beneficiamento de pescado. Funcionando.

MUNICÍPIO DE FONTE BOA

O município de Fonte Boa possui somente 6 produtores dedicados ao cultivo de peixes. O principal sistema de cultivo adotado é o viveiro de barragem, onde os peixes são criados em regime de cultivo extensivo, entretanto, a Prefeitura local apoiou o processo de assistência técnica privada, para a elaboração de projetos aquícolas, o que resultou na perspectiva de mais 17 produtores, que foram financiados pela AFEAM e estão em fase de instalação de seus projetos (12 barragens e 5 em canal de igarapé).

As espécies de peixes cultivadas no município são: o tambaqui e o matrinxã. Além da perspectiva da implantação de projetos para o cultivo de peixes em tanques-rede, com destaque para o cultivo do pirarucu.

A área de cultivo atual é de 25ha, com produtividade estimada para 7,5 ton/ha e a perspectiva para 80ha de área alagada em 2006 e um potencial produtivo estimado em 180 ton/ano.

Atualmente nenhum produtor possui registro no IBAMA ou IPAAM, mas os técnicos (Engenheiros de Pesca) do Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Fonte Boa - IDSFB estão elaborando projetos para a regularização dos mesmos. O IDSFB tem como Presidente o Sr. José Maria Damasceno (97-3423-1733) e o Gerente do IDAM local e o Sr. Germano Nogueira de Lima (97-3423-1893).

Ressalta-se que o IDSFB futuramente pretende implantar tecnologias de criação de quelônios e de jacarés aliadas ao manejo dos mesmos, como já vem acontecendo com os peixes.

Os principais entraves para o desenvolvimento do setor são: o laboratório de reprodução induzida de peixes que necessita de equipamentos, o elevado custo da ração e a associação de produtores aquícolas ainda desestruturada.

O ponto positivo é que os produtores atuais contam com o apoio da SEPROR, que já direcionou 500.000 pós-larvas de tambaqui entre 2003 a 2005.

Estruturas de apoio

- Um total de 15 câmaras frigoríficas particulares. (1 – capacidade para 140 toneladas e as outras em média de 20 a 30 toneladas). Funcionando.

- Uma fábrica de gelo em escama com capacidade para 12 toneladas/dia na ativa. Adquirida pela prefeitura, parceria com o Governo Estadual.

- Um Terminal de Passageiros, Cargas e Entrepasto de Pescado, com 30 metros de comprimento por 9 metros de boca, com 1,40 metros de pontal, contendo 3 (três) câmaras frigoríficas para 10 toneladas/cada e 1 (uma) Fábrica de Gelo em escama com capacidade para 3 toneladas/dia. (SUFRAMA / PREFEITURA / CON. 064/00). PARADA.

MUNICÍPIO DE TEFÉ

Considerado o centro da sub-região do Triângulo Jutai/Solimões/Juruá, este município tem um território de 22.904 quilômetros quadrado e uma população de 61.732 habitantes. Situa-se à margem direita do Solimões, distante a 663 Km de Manaus por via fluvial e 516 Km linha reta.

Nascido do Ato nº 29, de 14 de novembro de 1930, o município apresenta uma economia voltada para o extrativismo vegetal, pesca e agricultura, com produção de mandioca, grãos e produtos tropicais.

No rio Tefé, encontra-se um porto terminal da PETROBRÁS, para realizar o escoamento de petróleo da região produtora do rio Urucu, que no verão não tem condições de navegabilidade contínua. Um oleoduto de 57 km liga a área produtora ao porto no rio Tefé, navegável durante todo o ano. Daí até a REMAN, as balsas percorrem 991 km, em viagens de cerca de oito dias de duração.

A cidade liga-se a Manaus também por via aérea e possui uma considerável estrutura, pois apresenta assistência médico-hospitalar, energia, serviços de comunicações, hotéis, escolas, etc. Além disso, tem seu calendário festivo o aniversário (15/06), o Festival Folclórico, a Festa da Castanha e a festa de Santa Tereza D'Ávilla (padroeira).

MUNICÍPIO DE MANICORÉ

Com seus 65.633 quilômetros quadrado e uma população de 39.401 habitantes, este município é o centro da Sub-região do Madeira.

A agricultura representa a base da economia de Manicoré. É considerado o maior produtor de melancia do norte do Brasil, tendo uma produção em média de milhões de frutos. Completam este setor as produções de frutas tropicais e regionais e hortaliças em geral. O extrativismo vegetal, a pesca e a pecuária também são atividades importantes no município.

Seus principais eventos, conforme o calendário de eventos são: Festa da Padroeira Nossa Senhora das Dores, Festa do Milho, Festa do Açaí, Festa do Mel e Festival Folclórico.

MUNICÍPIO DE PARINTINS



Situado a 420 km a leste da cidade de Manaus por via fluvial, na margem direita do rio Amazonas, no arquipélago das ilhas Tupinambaranas, banhadas também pelo Paraná do Ramos, é considerado o centro sub-regional do Baixo Amazonas. Diariamente, barcos regionais (transporte mais usado pela população local), com capacidade média para 200 passageiros acomodados em redes, camarotes e suítes, aportam no cais flutuante procedentes de Manaus (18h descendo e 25h subindo o Rio Amazonas).

Estando a 50 metros acima do nível do mar; seu clima é quente e úmido, com temperaturas médias de 35° C e a umidade relativa do ar chega a 85%. Inverno de dezembro a maio e verão de junho a novembro. Possui vegetação típica da Amazônia, composta por mata de várzea e de terra firme, com uma pequena serra (serra de Parintins – 152m) que faz divisão entre o Amazonas e o Pará.

Por suas riquezas naturais e culturais e sua posição geográfica, vem se consagrando como ponto de parada de navios que se dirige a Belém ou a Manaus. Apresenta boas possibilidades econômicas, destacando-se a pecuária de corte e leiteira (bovina e bufalino) e as produções de mandioca, melancia, milho, cana-de-açúcar, feijão, frutas regionais e cítricas, acrescenta-se também as produções de pau-rosa, borracha, castanha, puxuri, copaíba e madeira no extrativismo.

Pecuária – é a atividade de maior peso 75% no setor primário. Com a criação de bovinos, vindos a seguir suínos. A produção de carne e de leite destina-se ao consumo local e exportação para outros municípios.

Agricultura – junto com a pecuária, completa a formação dos 25%. Culturas temporárias: mandioca, arroz, feijão, milho, batata doce, fumo. Culturas permanentes: café, pimenta-do-reino, abacaxi, melão, melancia, abacate, coco, caju, laranja, limão e tangerina.

Avicultura – restrita ao criatório de galinhas, perus, patos, gansos, marrecos, para consumo familiar, sem representatividade econômica.

Pesca – um dos principais entrepostos de pesca no estado, tanto para consumo local, como para exportação para outros municípios.

Extrativismo – borracha, madeira, cumaru, óleo de copaíba e puxuri.

Indústrias – esquadrias metálicas, peças metálicas, gelo, redes e tapetes, beneficiamento de malva, juta, beneficiamento do arroz, moinho de café, estaleiros, serrarias, olarias, serviço de utilidade pública (energia).

Setor Terciário – Hotéis, restaurantes, comércio atacadistas e varejistas, boates, bancos, turismo.

Hoje, como maior centro urbano depois da Capital, Parintins se desenvolve, enaltecendo seus grandes artistas (poetas, artesãos, pintores...), que através das reminiscências da época indígena, ajudam a construir um futuro em harmonia. No mês de junho, de 24 a 30, ocorre o Festival folclórico de Parintins, palco da maior manifestação cultural do Norte do Brasil, com uma belíssima apresentação dos Bois-Bumbás Caprichoso e Garantido. Em Julho, acontece a Festa de Nossa Senhora do Carmo, de 06 a 16, homenageando a padroeira do município.

Área		5.952,3	Km ²	
Distância/Manaus	Fluvial:	370	Km	(IBGE)
	Aérea:	325	km	(IBGE)
População	Urbana:	58.125	hab.	(IBGE/2000)
	Rural:	32.025	hab.	(IBGE/2000)
2000	Total:	90.150	hab.	(IBGE/2000)
População estimada em 2004		105.002	hab.	(IBGE/2004)
Densidade demográfica		15,15	Hab/ km ²	(IBGE/2000)
Taxa de crescimento		3,79		(IBGE/2000)
IDH		0,696		(IBGE/2000)
Classificação IDH		3.053		(IBGE/2000)
Educação Básica	Urbana	28.791	Alunos	(SEDUC/2003)
	Rural	9.635	Alunos	(SEDUC/2003)
Número total de escolas		192		(SEDUC/2003)
Ensino Superior		1.842		(UEA/ UFAM/2002)
Eleitores		48.286		(TRE/2004)
Número de leitos – total		57		(SIH-SUS/2002)
Número de Empresas		1.185		Junta Comercial /AM - 2005
Produto Interno Bruto - PIB		231,18	R\$milh.	(IBGE/2002)
PIB per capita		2.360,00	R\$ 1,00	(IBGE/2002)
Principais produtos		Mandioca, banana, milho, cana-de-açúcar, pescado, bovinos, suínos, ovinos, aves e ovos de galinha		
Programas Institucionais		SEBRAE-AM (DLIS), Banco do Brasil (DRS), Ministério das Cidades (PMSS)		
Número de domicílios:		10.803	Dom	(Levantamento de campo/2003)
Cobertura – Água		SAAE - Serviço Autônomo de Águas e Esgotos		
Volume Produzido		362	L/s	(Levantamento de campo/2003)
Tratamento		0	L/s	(Levantamento de campo/2003)
Volume de reservação		590	m ³	(Levantamento de campo/2003)
Nº de ligações		14.512	Unid.	(SAAE -2002)
Déficit Urbano		10,94	%	(IBGE/2000)
Sistema de esgoto		em obras		(Levantamento de campo/2003)

MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO RAMOS



Segundo o IBGE, a População Total do Município era de **10.482,00 de habitantes**, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000).

Sua Área é de **2.586,83 km²** representando **0,16 %** do Estado, **0,07 %** da Região e **0,03 %** de todo o território brasileiro.

Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,64 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000)

Área Territorial: **2.586,83 km²**

Dados extraídos do Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD, mostra o seguinte:

- Ano de Instalação: **1985**
- Microrregião: **Parintins**
- Mesorregião: **Centro Amazonense**
- Altitude da Sede: **32,00 m**
- Distância à Capital: **270,60 Km**

A história do município se prende diretamente à de Maués. Em 1798 é fundada a Aldeia de Lusea. No decorrer da primeira metade do século XIX, a região é palco de sangrentos conflitos entre brancos e índios, sendo também afetada pela sedição dos cabanos.

Quando, em 1850, é criada a Província do Amazonas, Lusea é um dos 14 municípios existentes. Destacando-se por seu progresso em 1892, tem seu nome mudado para Maués e em 1895, passa a ser sede de comarca.

Em 10.12.1981 pela Emenda Constitucional nº 12, a Vila de Boa Vista do Ramos, mais outros territórios do município de Maués, além de áreas adjacentes dos municípios de Barreirinha e Urucurituba, passam a construir o novo município de Boa Vista do Ramos.

Podemos dizer que Boa Vista do Ramos, originou-se com as primeiras casas de palha, ainda no século passado, onde se destacava como líder principal, o Sr. Antero Roberto Pimentel, conhecido também como “Antero Gaivota”, comerciante, proprietário da casa comercial “Boa Vista”. Daí o nome que deu origem a Comunidade de “Vila de Boa Vista”. Já no início deste século ela adquiria conotação de povoado com a chegada das famílias de Bento Barroso Pinheiro dos Santos, Hermínio Rolim da Cruz, José Dinelly Pimentel e Graciliano Farias dos Santos. A trajetória do então povoado de Boa Vista, desenrolou-se da seguinte maneira: através do Decreto-Lei Estadual nº 196, de 01.12.1938, o povoado de Boa Vista foi elevado a categoria de Zona Distrital.

Na administração do Governador Dr. Plínio Ramos Coelho, através da Lei nº 117 de 29.12.1956, foi estabelecida uma nova ordem de divisão territorial, administrativa e judiciária para o estado do Amazonas, passando o então povoado de Boa Vista, a condição de sub-distrito do município de Maués.

Com a publicação da Lei nº 1 de 12.04.1961, fato ocorrido já no governo do Prof. Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo, fica criado o município com a denominação de Boa Vista do Ramos em virtude do mesmo situar-se geograficamente no Paraná do Ramos. Na administração do Governador Dr. Arthur Cezar Ferreira Reis, através da Lei nº 41, de 24.07.1964, foram extintos todos os municípios criados pela Lei nº 1, de 12.04.1961, com base no fato de que nos mesmos nunca havia acontecido processo eleitoral, sendo suas áreas reincorporadas aos municípios dos quais haviam sido anteriormente desmembrados, no caso Boa Vista do Ramos, voltou à condição de subdistrito do Município de Maués, Lei nº 1.012, de 31.12.1970, fato ocorrido já no governo do Sr. Danilo Duarte de Mattos Areosa.

Durante a administração do Governador Dr. José Lindoso, por força da Emenda Constitucional nº 12, de 10.12.1981, promulgada pela Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, o sub-distrito de Boa Vista do Ramos, volta à condição de município, desmembrado dos municípios de Maués, Urucurituba e Barreirinha.

Seus limites geográficos foram estabelecidos através do Decreto nº 6.158, de 25.02.1982. A instalação do município verificou-se com a realização das eleições gerais de 1982, mediante a posse do prefeito, vice-prefeito e câmara de vereadores.

POPULAÇÃO – 1991 e 2000		
População	1991	2000
Urbana	2.563	5.017
Rural	4.941	5.465
Total	7.504	10.482

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – 1991 e 2000		
	1991	2000
IDH – Educação	0,687	0,850
IDH – Longevidade	0,599	0,618
IDH – Renda	0,499	0,458
IDH - Municipal	0,595	0,642

DATAS FESTIVAS	DATA
Festa do Padroeiro São Pedro	29 de junho
Festival Folclórico	Penúltimo fim de semana de junho
Feira Agropecuária	Setembro
Festa de Nossa Senhora Aparecida	02 à 12 de outubro

MUNICÍPIO DE EIRUNEPÉ

Em 04.11.1892, na Lei Estadual no. 33, que estabelece a divisão administrativa do estado do Amazonas, prevê-se a inclusão da região de Eirunepé no Município de São José do Juruá.

Em 08.09.1894, pela Lei Estadual no. 76, é criado com sede na localidade de São Felipe, novo município e respectivo termo judiciário.

Em 07.04.1895, pela Lei Estadual no. 114, a sede é transferida para o local denominado Carauari.

Em 05.10.1895, pela Lei Estadual no. 133 é criada a Comarca. Em 11.08.1896, pela Lei Estadual no. 125, a sede retorna a São Felipe.

Em 05.03.1931, pelo Ato Estadual no. 317, o município recebe o nome de João Pessoa.

Em 07.09.1935, pelo Ato Estadual no. 14, a sede do município é elevada a categoria de cidade.

Em 31.12.1943, pelo Decreto Lei Estadual no. 1.186, o município e o distrito sede passam a denominar-se Eirunepé.

Em 19.12.1955, pela Lei Estadual no. 98, são desmembrados as partes de seu território que passam a constituir os novos municípios de Ipixuna e Envira.

A População Total do Município era de **26.074,00 de habitantes**, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000).

Sua Área é de **15.831,57 km²** representando **1,01 %** do Estado, **0,41 %** da Região e **0,19 %** de todo o território brasileiro.

Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,56 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000).



Área Territorial: **15.831,57 km²**
Fonte: IBGE

Ano de Instalação: **1894**
Microrregião: **Juruá**
Mesorregião: **Sudoeste Amazonense**
Altitude da Sede: **124,00 m**
Distância à Capital: **1.159,74 Km**

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD

POPULAÇÃO – 1991 e 2000		
População	1991	2000
Urbana	13.442	16.781
Rural	6.930	9.293
Total	20.372	26.074

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO		
- 1991 e 2000		
	1991	2000
IDH – Educação	0,428	0,582
IDH – Longevidade	0,599	0,621
IDH – Renda	0,436	0,482
IDH - Municipal	0,488	0,562

DATAS FESTIVAS	DATA
Festa de Nossa Senhora de Fátima	13 de maio
Festa do Padroeiro São Francisco de Assis	04 de outubro
Festa do Aniversário da Cidade	04 de outubro

MUNICÍPIO DE TABATINGA

A População Total do Município era de **37.919 de habitantes**, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000).

Sua Área é de **3.225,06 km²** representando **0,21 %** do Estado, **0,08 %** da Região e **0,04 %** de todo o território brasileiro.

Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,70 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000)



Área Territorial: **3.225,06 km²**

Fonte: IBGE

Ano de Instalação: **1981**

Microrregião: **Alto Solimões**

Mesorregião: **Sudoeste Amazonense**

Altitude da Sede: **60,00 m**

Distância à Capital: **1.106,66 Km**

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD

POPULAÇÃO – 1991 e 2000		
População	1991	2000
Urbana	19.822	26.637
Rural	8.101	11.282
Total	27.923	37.919

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – 1991 e 2000		
	1991	2000
IDH – Educação	0,667	0,780
IDH – Longevidade	0,669	0,718
IDH – Renda	0,535	0,600
IDH - Municipal	0,624	0,699

DATAS FESTIVAS	DATA
Festival do Boi	Junho
Festa dos Santos Anjos: Miguel, Rafael e Gabriel	29 de setembro
Festival da Canção de Tabatinga - FINCATA	Novembro

Vinte anos de emancipação política, trouxeram a cidade desenvolvimento e progresso, quer no campo estrutural quer no campo social, assim como outras conquistas sócio-culturais, mas nem por isso podemos desprezar a rica história que nos antecede.

Somos sucessores da próspera nação omagua que habitou originalmente este território. Vários cronistas do século XVI e XVII informam em seus relatos a riqueza e abundância aqui existente, no período pré-colonial. Por conta da insanidade explorativa do conquistador restam apenas os registros destes habitantes, senhores da várzea do Gran Aparia, que compreendida a área do Napo a foz do Jandiatuba.

Durante a união ibérica a chegada dos franciscanos espanhóis Domingos de Brieva e Andrés de Toledo a Belém em uma canoa vindos de Quito, alertou o governo português do Grão-Pará sobre a presença espanhola na Amazônia, fato preponderante para determinar a execução da expedição de Pedro Teixeira, em 1637 que tomou posse dessas terras em nome da coroa portuguesa. Posse esta ratificada em 28 de julho de 1866 pela Comissão de Limites.

Posteriormente, o próprio Mal Rondon, ícone do Exército Brasileiro inaugura o marco divisório na margem do Igarapé Santo Antonio, linha divisória Brasil/Colômbia.

Para evitar as constantes invasões castelhanas ao território luso, foram erigidos diversos fortes entre eles o de São Francisco Xavier de Tabatinga, fundado em 1776 pelo Sargento-Mor Domingos Franco, ao lado de uma aldeia fundada por Jesuítas, provavelmente em 1710, segundo registrou Antonio Porro em “As crônicas do Rio Amazonas”. Esta fortificação dura até 1932 quando as águas do Rio Solimões destroem este aquartelamento. E o Forte, portanto, o primeiro marco da presença luso/brasileira neste sítio e origem da atual cidade de Tabatinga.

Desde seus primórdios, a ocupação humana em Tabatinga (civil e militar) tem assumido o importante papel de controle e defesa do território brasileiro, particularmente, pela sua localização estratégica. Por isso, em 20 de abril de 1967 é criada a Colônia Militar de Tabatinga, com a finalidade de “nacionalizar as fronteiras do País; criar e fixar núcleos de população; promover o desenvolvimento e manter a segurança da área pela vigilância permanente”.

A presença missionária também é antiga e, sabe-se que, em Tabatinga, desde o ano de 1873, havia uma igreja de alvenaria, junto ao Forte, dedicada a São Francisco Xavier. Os missionários mantinham uma ótima relação com os oficiais e praças daquele Pelotão Independente, várias vezes ao ano, ali estavam para dar assistência religiosa aos militares e civis. A capela de Nossa Senhora de Nazaré foi construída pelo Revmo. Pe.Frei Silvestre de Pontepattoli juntamente com os militares, quase todos paraenses e devotas de Nossa Senhora. Monsenhor Tomas e Frei Silvestre, acalentavam a idéia da construção de uma capela dedicada aos Santos Anjos no marco brasileiro e, em 1949 o Revmo. Pe.Frei Felipe a construiu a margem esquerda do Rio Solimões.

Tabatinga e Benjamin Constant originalmente estavam integrados ao Município de São Paulo de Olivença e com a criação do Município de Benjamin Constant, Tabatinga passou a pertencer administrativamente, como subdistrito, a Benjamin até 10 de dezembro de 1981, quando então passou a condição de município, que foi instalado em 1º de fevereiro de 1983.

Contar a trajetória dos 22 anos de emancipação é falar sobre a conquista e sonhos realizados, sobre expansão populacional, sobre o fortalecimento das instituições, sobre a instalação definitiva do Ensino Superior e sobre tudo a visão de um futuro mais promissor com a criação do Território Alto Solimões.